

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO
PÂNTANO DO SUL: DEMANDA DA COMUNIDADE
PELA QUALIDADE DE VIDA E CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE**



Gabriel Stroisch da Costa

Julho de 2013
Florianópolis – SC

Gabriel Stroisch da Costa

**CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO
PÂNTANO DO SUL: DEMANDA DA COMUNIDADE
PELA QUALIDADE DE VIDA E CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE.**

Trabalho de Conclusão
de Curso, sob orientação do
prof. Orlando E. Ferretti,
apresentado à Universidade
Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel
em Geografia

Julho de 2013
Florianópolis – SC

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	5
1.1JUSTIFICATIVA.....	6
1.2OBJETIVOS.....	7
1.2.1Objetivo Geral	7
1.2.2Objetivos específicos	8
1.3METODOLOGIA	8
2.REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NATUREZA.....	9
2.1.1. Gestão Participativa e Conflitos Territoriais	22
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL.....	23
2.2.1. Plano Diretor Participativo	26
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	29
3.1.ASPECTOS HISTÓRICOS.....	35
3.1.1 Terras Comuns	37
3.1.2 Urbanização	40
4. O PÂNTANO DO SUL E A RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE	42
4.1. CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE.....	45
4.2. PARTICIPAÇÃO NO NÚCLEO DISTRITAL.....	49
4.3.ENTREVISTAS.....	55
5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
7. ANEXO	97

LISTA DE FIGURAS:

FIGURA 1: Constituição da geografia socioambiental.	11
FIGURA 2: Mapa de localização da área de estudo e adjacências.	30
FIGURA 3: Encostas da localidade da costa de cima	31
FIGURA 4: Encosta do morro da lagoinha do leste vista da planície:	32
FIGURA 5: Espécies encontradas na planície do pântano	33
FIGURA 6: Canal retificado e floresta em suas margens	34
FIGURA 7: Uso atual da planície pelos moradores do entorno	38
FIGURA 8: Área da planície onde ocorria o uso comum.	39
FIGURA 9: Histórico dos conflitos ocorridos nas localidades do distrito.	46
FIGURA 10: Ameaças dos projetos da especulação imobiliária na planície	48
FIGURA 11: Esboço dos limites da proposta inicial	48
FIGURA 12: Esboço da proposta de extensão dos limites do parque	84

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de apresentar e discutir a mobilização para a criação de um espaço protegido como Unidade de Conservação da Natureza (UC) da parte insular do município de Florianópolis.

Hoje no município, as UC e as Áreas de Preservação Permanente (APP) municipais apresentam uma área de cerca de 28,9% do território do município, quase todas sendo pressionadas pela urbanização, ocupação irregular, presença de espécies exóticas, falta de planos de manejo e gestão. (Ferretti, 2010).

A princípio, se pretendia com essa pesquisa estudar aspectos gerais relacionados à legislação para a criação das UC municipais, destacando os conflitos fundiários. No entanto, a partir da leitura sobre processos de ocupação de moradores em alguns desses espaços, incluindo comunidades tradicionais, surgiu a possibilidade de abordar especificamente uma área que ainda não tem uma UC, mas que as comunidades tem interesse em criar.

Na medida em que a pesquisa foi sendo aprofundada aparecem questões polêmicas como áreas de proteção integral decretadas em territórios já habitados, e, sobretudo os parâmetros que balizam a decisão de quais áreas devem ser protegidas.

Durante a pesquisa sobre as UC no município, buscando um direcionamento do tema, encontrou-se um conflito no sul da Ilha de Santa Catarina que envolve comunidade e a criação de uma UC. A proposta de criação do Parque Natural do Pântano do Sul.

Especificamente nesse caso, a ideia de criação de uma UC, partiu da comunidade em resposta diante das ameaças da especulação imobiliária, na figura de grandes empreendimentos propostos pelas empreiteiras detentoras de uma área de planície entre o Pântano do Sul e a Armação. Mais que uma simples demanda de uma paisagem natural de acesso público há uma tentativa de conservar uma área de preservação permanente (APP), área essa que é considerada de inundação.

A proposta da comunidade surgiu para manter a qualidade de vida dos moradores, ameaçada diante a possibilidade da população do distrito dobrar, com novos loteamentos, ocasionando um processo semelhante á região do norte da ilha.

Assim, essa pesquisa procura discutir quais os caminhos tomados por um movimento social local, surgido a partir dos debates do núcleo distrital do Pântano do Sul e de como este encaminhou para o núcleo gestor da prefeitura propostas da criação de UC. A comunidade se mobilizou e ainda se mobiliza, através de manifestações sociais e de documentos técnicos, encaminhados para os órgãos ambientais.

Diante de um tema atual, a pesquisa participante foi fundamental, acompanhando os debates e conhecendo o movimento. Nesse trabalho, os conflitos serão retratados em uma análise da mobilização pela criação do parque, bem como uma discussão do papel da geografia sobre a temática.

1.1 JUSTIFICATIVA

Esse trabalho se justifica pela necessidade de se estudar e entender as demandas por criação de espaços protegidos, no contexto da ocupação desordenada do espaço urbano.

O município de Florianópolis que é divulgado na mídia como uma cidade “capital da qualidade de vida”, ou “ilha da magia”, atraindo turistas e novos moradores, na realidade não possui uma estrutura adequada para o crescimento que vem ocorrendo e tampouco um planejamento que respeite a legislação ambiental.

Um bom exemplo é a planície entre mares, ou planície do Campeche, localizada também na região sul da ilha, onde a comunidade não aceitou os planos propostos pelo Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), que já foram apresentados e reformulados muitas vezes, porém nunca respeitando as demandas das localidades envolvidas. No ano 2000 o núcleo distrital do Campeche, que envolve grande parte da área desta planície, apresentou ao IPUF um Plano Diretor Alternativo, porém este nunca obteve aceitação pelo órgão, que

simplesmente incorpora poucas diretrizes básicas e as combina com as de seu plano. O resultado disso é um desenvolvimento sem planejamento, que prejudica os moradores da área, beneficiando assim os setores da especulação imobiliária. Quanto aos ambientes naturais, seguem sendo degradados cada vez mais, mesmo contra a vontade de seus moradores.

Como no Campeche, também mais ao sul da Ilha, no Distrito do Pântano do Sul, há uma movimentação no sentido de resistência dos moradores a fim de propor o debate sobre a ocupação e transformação do espaço. Por isso, a importância de um trabalho da geografia que possa compreender as perspectivas dos movimentos sociais envolvidos nessas demandas, como elas se articulam, e de que maneira conseguem proteger seus ambientes naturais, bem como garantir melhorias em sua qualidade de vida.

O interesse dos moradores é que se possa partir para a criação de áreas de conservação e que sejam espaços públicos. Trata-se, portanto, da iniciativa da comunidade pela luta pela qualidade de vida, em um cenário atual onde se pode ver a especulação imobiliária pressionando e o poder público imerso em interesses que não os da comunidade.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os motivos, interesses e a mobilização para o processo de criação da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal do Pântano do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos:

-Verificar a importância da criação da UC para manutenção da qualidade de vida, para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;

-Pesquisar quais são os processos envolvidos na criação dessa área protegida que partiu de uma demanda popular;

-Acompanhar a discussão do plano diretor dentro do núcleo distrital a respeito das áreas protegidas propostas

1.3. METODOLOGIA

O trabalho envolve a consulta a trabalhos acadêmicos para obter um referencial teórico sobre conceitos básicos, como também para contextualizar a respeito da legislação ambiental e das políticas públicas de planejamento urbano.

A pesquisa foi articulada pela observação participante proposta por Minayo (2010), sendo uma pesquisa qualitativa. A realização de entrevistas, com participantes do núcleo distrital, que estiveram envolvidos no processo de mobilização pelo parque, aconteceu a partir da utilização de entrevista semiestruturada.

Gaskell (2002) propõe entrevistas individuais e grupais qualitativas, que envolve “O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações”.

A amostragem de entrevistados foi elaborada a partir do conhecimento na temática. Cada indivíduo entrevistado é questionado para nomear pessoas diferentes que estão envolvidas com o debate. Foram entrevistados quatro moradores que participaram do processo de mobilização pela criação, e suas identidades foram preservadas.

Foi usada também a pesquisa explicativa (Gil, 2007), onde se busca identificar os fatores que determinam ou que contribuem

para a ocorrência de determinados fenômenos, explicando a razão de tal ocorrência, onde o ambiente social no contexto espaço e tempo é considerado É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, explicando a razão das coisas.

Foram usados também documentos oficiais, relatos divulgados nos canais de comunicação com a comunidade, como o blog do Núcleo Distrital do Pântano do Sul e o blog do Parque Natural do Pântano do Sul, onde estão catalogados alguns anos de luta contra os empreendimentos da especulação imobiliária no local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A GEOGRAFIA E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

O debate e a preocupação com as questões ambientais são uma das principais características da ciência geográfica, refletindo sua natureza dual, tanto física quanto humana, desde seu estabelecimento na condição de ciência moderna. Por estudar a natureza e a sociedade, bem como suas relações e organização que designam o espaço geográfico, pode-se dizer que se trata de uma ciência ambiental desde o princípio, usando o conceito moderno de ambiente (Mendonça, 2008).

A concepção naturalista fundamenta não só o conteúdo do conceito ambiental, como também na sua metodologia, conforme Mendonça:

Ainda que tendo sido ampliado e se tornado mais abrangente, o termo meio ambiente, ou ambiente (estes sim podendo ser tomados como sinônimos), parece não

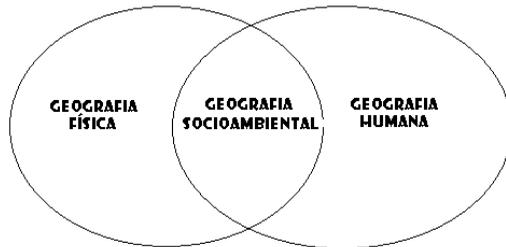
conseguir desprender-se de uma gênese e uma história fortemente marcadas por princípios naturalistas, o que leva a crer que tenha sido gerada uma concepção cultural do meio ambiente que exclui a sociedade da condição de componente/sujeito, mas a inclui como agente/ fator. Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural – parece ser um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontram vinculados a tais discussões no presente, e certamente também no futuro próximo (Mendonça, 2001, p.117)

Atualmente esse conceito trata não somente dos elementos naturais e da biodiversidade, como também dos impactos do homem, bem como suas transformações. Assim, de acordo com Mendonça (2001), o emprego do termo socioambiental seria para reforçar essa relação existente (figura 1), já que as interpretações anteriores desse conceito acabam ecoando em outros campos da ciência.

Observa-se assim, na atualidade, diante de tão importante desafio, uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo *socioambiental*, pois tornou-se muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente, sobretudo no que concerne a países em estágio de desenvolvimento complexo. O termo “sócio” aparece, então, atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à

problemática ambiental contemporânea
(Mendonça, 2001, p.117).

Figura 1: Constituição da geografia socioambiental.



Fonte: Gabriel Stroisch da Costa, 2013 baseado nas ideias do texto de Mendonça (2001).

A primeira tentativa integradora surgiu na obra do geógrafo anarquista Élisée Reclus, entre as quais destacam-se *Nova Geografia Universal: a terra e os homens*, e *O Homem e a Terra*, no campo da geografia política, onde associa as duas esferas da geografia, não conseguindo obter aceitação a sua época. (Mendonça, 2008).

Assim, a primeira visão do meio ambiente mais comum era que esse era objeto de estudos apenas dos geógrafos físicos, por se limitar apenas aos elementos naturais. Por mais que enriqueça o estudo esses campos, se especializando nos elementos da paisagem (sobretudo aqueles tidos como naturais), esses eram tidos de maneira dissociada, como se o clima, a geologia, e os seres vivos não tivessem relação entre si (Mendonça, 2008).

Os movimentos sociais do século XX trouxeram uma demanda pela qualidade de vida, liberdade de expressão e democracia, bem como a preocupação com o meio ambiente. Atividades industriais, mineradoras, processos como a modernização da agricultura (revolução verde), foram fatores que causaram impactos ambientais notáveis, provocando resistência em diversos países. Por conta disso, foi um momento muito significativo na história do ambientalismo como movimento.

Para Mendonça (2008), inicialmente no contexto da geografia crítica, os autores parecem dar pouca importância à abordagem ambiental. O autor questiona a postura da geografia crítica pelo reducionismo à esfera humana, uma vez que ao descaracterizar a ciência física como geografia, acaba se aproximando do positivismo. Essa postura deriva de um pensamento dentro da visão marxista, que tem seus métodos baseados na análise das relações sociais, e que acaba não dando a devida importância à influência do meio natural sobre o homem, tampouco sobre suas mútuas relações. Segundo o autor, essa tendência acaba sendo contraditória, pois a metodologia marxista historicamente contesta a positivista, mas por outro lado, por mais que ela dê importância ao meio natural como base para as relações de produção, seu caráter materialista a considera como mero recurso a ser apropriado pelo homem.

Apesar dos autores da geografia crítica abordarem as questões sociais com uma postura crítica, que enriqueceu muito a ciência, Mendonça (2001) alega que eles ignoraram todo o suporte físico-natural, tal como a evolução dos estudos sobre suas dinâmicas, deixando de abordar a temática ambiental.

Além disso, de acordo com o autor, o afastamento da temática ambiental também se deve ao pouco caso dado a esses problemas, o que estaria evidenciando uma crença na promessa de que a tecnologia resolverá os problemas que criou, não necessitando uma reflexão geográfica. Outro motivo seria de que não estariam considerando a importância da dinâmica natural para a construção das relações sociais e espaciais do homem.

Conforme Mendonça (2001), atualmente a geografia física tende a ter uma preocupação com a dinâmica social, o que acabou por aproximá-la da problemática ambiental. Segundo o autor, esse interesse partiu da aproximação com os geógrafos críticos em sua militância de esquerda, fato fortalecido pela oposição ao regime militar. Em seu trabalho, cita geógrafos físicos tais como Aziz Ab'Saber, Claudio de Mauro, Dirce Suertegaray, Wanda Sales, Francisco Mendonça e Walter Casseti, que foram além dos estudos da paisagem natural, fortalecendo os laços entre geografia e meio ambiente, mas que não se utilizaram do método marxista para compreensão da evolução das paisagens naturais.

A discussão proposta por geógrafos como Georges Bertrand, Jean Tri Cart e Jean Dresch a respeito do conceito de paisagem e da inserção da temática ambiental contribuiu para esse contexto de integração dos elementos sociais na geografia física no Brasil, sendo mais evidenciados os trabalhos de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Aziz Nacib Ab'Saber e Orlando Valverde (Mendonça, 2008).

Durante as décadas de 1980 e 1990, a abordagem ambiental passa a ser mais centrada no ambiente, onde o ser humano em sociedade e a natureza “compõe duas partes de uma interação dialética”. (Mendonça, 2001).

Nos trabalhos acadêmicos de outros campos, podemos analisar uma crítica não só ao modo de produção insensível ao ambiente em si, mas todo o sistema econômico que está inserido, as consequências das ideologias, e os ideais voltados ao crescimento econômico. Essa crítica pode ser chamada de ecossocialista, pelo embate ao sistema capitalista.

Em seu livro Gert Schinke (2013) dialoga a respeito do discurso capitalista que se apropria do discurso ambiental. Alerta que por causa das questões econômicas, este sistema é intrinsecamente antiecológico, por propor a ideologia do consumo e em essência antropocêntrica. O autor lança a teoria do Ecoplamento. Nessa teoria apresenta quanto o discurso elaborado pelos defensores do sistema capitalista usam a questão ambiental

para demonstrar alguma preocupação, sendo o único objetivo real seguir desenvolvendo seu modo de produção.

O trabalho de Martinez Alier (2007), a respeito dos conflitos socioambientais, situado tanto na economia ambiental quanto na ecologia política, discorre sobre o ecologismo como uma reação ao crescimento econômico, e o separa em três correntes distintas, porém inter-relacionadas, que não necessariamente expressam todos os pensamentos, mas que balizam os debates e encontros internacionais sobre esse campo. Trata-se do preservacionismo, conservacionismo e ecologismo dos pobres. O autor nomeia as duas primeiras correntes como “culto à vida silvestre” e “evangelho da ecoeficiência”, uma maneira de satirizá-las pelo grande simbolismo no discurso tão racional, e por seu comodismo em relação ao modo de produção capitalista, de maneira geral não questionando certos aspectos que degradam a qualidade de vida do homem, principalmente dos mais pobres, derivados do crescimento econômico e da má distribuição dos recursos que acaba o acompanhando.

A primeira teria como característica básica a preocupação de proteger as paisagens naturais que ainda não foram apropriados pelo mercado. Essa corrente é a precursora da linha preservacionista, que teria sido apresentada ao mundo por John Muir e pelo Sierra Club, nos Estados Unidos, e continuados por outros autores, tais como Aldo Leopold, com seu livro *A ética da terra*. (Martinez-Alier, 2007).

A segunda linha, conservacionista, seria seguida pelo “evangelho do codesenvolvimento”, mais relacionado com o uso sustentável dos recursos, uma linha precursora do desenvolvimento sustentável, que visa o aproveitamento máximo dos recursos e a redução do desperdício. Bastante influenciada pelo engenheiro florestal Gifford Pinchot, formado na Europa de paisagens muito mais rurais do que selvagens, essa corrente não possui o mesmo apelo ao sagrado (natureza intocada, vida selvagem) quanto a primeira corrente, vendo na natureza muito mais como um recurso que precisa ser manejado e bem aproveitado, para garantir a sobrevivência do homem (Martinez-Alier, 2007; Diegues, 2001).

A terceira vertente então seria a “justiça ambiental” ou “ecologismo dos pobres”, que não luta somente pela conservação da natureza e seus recursos, mas pela luta social dos “países do sul”, como ele os chama, mas que contem também todas as nações que em seu processo de desenvolvimento sofreram a superexploração de seus recursos naturais e tiveram seus ambientes contaminados por exploração de minerais e atividades industriais. De acordo com o economista espanhol, sua preocupação seria:

O movimento pela justiça social, o ecologismo popular, o ecologismo dos pobres, nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. Os exemplos são os conflitos pelo uso da água, pelo acesso às florestas, a respeito das cargas de contaminação e o comércio ecológico desigual, questões estudadas na ecologia política. Em muitos contextos, os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista. Essa é uma das razões pelas quais a terceira corrente do ecologismo não foi, até os anos 1980, plenamente identificada [...]. (Martinez-Alier,2007, p.39)

Essa contribuição é muito interessante, por destacar dentre as principais linhas ecologistas uma terceira, dedicada aos conflitos ambientais e sociais, questionando o crescimento econômico, e que mais parece considerar o homem como um agente- elemento do meio, mostrando através destas manifestações, lutas de homens defendendo a conservação de seus territórios. Assim, de acordo com o autor, independente da medida de proteção ou mesmo uso sustentável dos recursos, os impactos ambientais, sociais ou econômicos irão sempre recair sobre aqueles que estão a margem do sistema capitalista, ou mesmo em espaços onde os líderes políticos locais são

indiferentes a exploração ou contaminação dos espaços das populações de seus territórios.

O enfoque preservacionista têm conseguido importantes marcos em relação à proteção da biodiversidade e a manutenção dos serviços ambientais. São pontos de vista que acabam entrando em conflito com a posse e uso das comunidades tradicionais. O preservacionismo se mostra sempre muito sensível à biodiversidade, por outro lado centraliza o poder na figura do técnico, entrando em conflito em questões participativas e territoriais principalmente quanto às comunidades tradicionais. Assim, na problemática do ordenamento territorial, as áreas naturais protegidas acabam sendo definidas e classificadas por técnicos, que muitas vezes desconsideram essas comunidades, gerando a posteriori conflitos territoriais.

Já, a perspectiva conservacionista, que tem cunho mais socioambiental, é mais sensível quanto à questão da relação do homem com o meio, e com a qualidade de vida das comunidades do entorno. Ao não diferenciar o homem das demais espécies, tem por base o princípio de que o homem também pertence à natureza (Diegues, 2001).

Em seu artigo sobre unidades de conservação, o biólogo João de Deus Medeiros (2007) cita alguns exemplos de áreas protegidas muito antes da discussão atual:

Reservas de caça e leis de proteção de áreas naturais já existiram na antiga Pérsia (Irã) em torno de 5.000 a.C; registros mais antigos foram detectados na Mesopotâmia. No ocidente a prática é mais recente: Na antiga Roma e na Europa Medieval áreas naturais eram protegidas, servindo ao uso exclusivo de nobres. As *forests* na Inglaterra, destinadas a prática da caça, foram instituídas a partir de 1066; na Suíça em 1569 foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu, e no século XVIII a França criou os parques reais, que

chegaram a ser abertos para o público.
(Medeiros, 2006, p. 67)

Pode-se dizer que essa ideia de uma paisagem natural acabou inspirando a ideia dos primeiros espaços naturais protegidos, as unidades de conservação da natureza. No contexto dos Estados Unidos, as cidades estavam se expandindo, e essa distância com o meio natural foi o que acabou por criar essa necessidade. Tratava-se de um vasto território, relativamente recente, e por mais que houvesse grande crescimento em um curto espaço de tempo, ainda havia as paisagens naturais.

O significado da natureza para as sociedades tem sido um dos condicionantes históricos para os modelos de proteção desenvolvidos. Na Europa, as áreas protegidas têm uma característica de utilização sustentável, pois há uma cultura milenarmente arraigada à terra, enquanto desbravadores europeus nas Américas, que inicialmente tiveram que lidar com natureza hostil e desconhecida, desenvolveram a idéia de distância e incompatibilidade entre o homem e a natureza. (Castro Junior *et al*, 2009, p. 32-33).

Desta forma, dentro do viés preservacionista nasce uma preocupação com as áreas remanescentes ao progresso. Provavelmente foi esse contexto que formulou e atribuiu essa característica segregadora entre o homem e o meio natural. Essa ideia influenciou a criação das primeiras unidades de conservação da natureza, onde através de decretos legais o objetivo era preservar as paisagens naturais intactas, iniciado com a criação do parque nacional de Yellowstone nos EUA. Cabe ressaltar que o objetivo da criação do parque, de acordo com Quintão (1983), era “socializar o usufruto público das belezas cênicas, protegendo-as dos efeitos destrutivos da exploração direta”.

Tem-se então nesses territórios inicialmente o conceito de paisagem, que não diz respeito somente ao que o olhar alcança, mas de como o olhar humano é tocado pela natureza, quando era usado pelos estudos pictóricos, principalmente quando é usado o termo “belezas cênicas”.

Esse modelo de UC acaba expandindo-se para o Canadá, continente africano e América do Sul, consolidando um padrão mundial, principalmente a partir da década de 60 quando o número e a extensão das áreas protegidas ampliaram-se em todo o mundo (Arruda, 1999). Além disso, as unidades de conservação foram adquirindo outras funções, a princípio como preservação da paisagem natural como patrimônio da humanidade, mais tarde como conservação dos recursos naturais para as próximas gerações e atualmente, como proteção da biodiversidade (Medeiros, 2003 *apud* Castro Junior *et al*, 2009).

A crise ambiental do final do século XX, onde o mundo se depara com uma vasta erosão genética sem precedentes na história do mundo, aumentou o debate sobre a conservação “*in situ*”. A manutenção desses ambientes é considerada cada vez mais importante, não só para a biodiversidade e dos serviços ambientais, como também para a qualidade de vida do homem.

De acordo com Faria (2007) as Unidades de Conservação são a única criação da sociedade moderna designadas para o benefício da humanidade como um todo, já que a preservação dos ecossistemas e dos serviços ambientais também contribui para a qualidade de vida do homem.

Se no primeiro momento é o conceito de paisagem que inspiram a proteção dessas áreas, o conceito de território é mais apropriado atualmente, onde a questão de ordenamento territorial é latente, e repleta de conflitos.

Atualmente o objetivo conceitual que baliza a implementação e gestão das UC é a proteção da biodiversidade. Pois é uma forma de reagir frente à vasta erosão de espécies. De todas as extinções em massa que já ocorreram na história do planeta, nenhuma se deu de forma tão devastadora em um período tão curto de tempo (Castro Junior *et al.*, 2009).

Assim, a implementação e gestão de unidades de conservação da natureza é um elemento muito importante, não só para a conservação da biodiversidade e dos ambientes naturais, como também para a melhoria da qualidade de vida. No entanto, esse processo deve ocorrer levando-se em conta não só os aspectos físicos, como também a ocupação de comunidades, para evitar conflitos territoriais.

No Brasil, a criação dessas unidades seguiu a cartilha, no início com grandes parques depois se espalhando pelo território, incluindo dentro de áreas urbanas. Elas têm protegido o patrimônio ambiental do Brasil desde 1934, com a Floresta Nacional de Lorena (SP). Desde então, a área abrangida pelas UC tem aumentado, especialmente nos últimos anos, protegendo cerca de 1,5 milhões de km², que representa 16,6% do território continental brasileiro e 1,5% do território marinho (Faria, 2007).

Segundo Faria (2007) a partir da década de 80 o movimento conservacionista brasileiro conseguiu muitas vitórias, com a criação de muitos parques, no entanto, em função do vasto crescimento demográfico e econômico, além do avanço das fronteiras agrícolas sobre áreas naturais, ainda persistem grandes vazios de representatividade ecológica.

Algumas ingerências, como dificuldades de gestão, estudos técnicos para criação de unidades, acarretando uma série de dificuldades na gestão dessas áreas, acabam gerando certas críticas a esse modelo, onde muitas das UC são criadas com poucos critérios técnicos, desconsiderando seus moradores. Conforme Macedo (2007), o objetivo partia de uma concepção que enfatiza a necessidade de preservação e não uso de recursos naturais, acabando por dissociar claramente o homem da natureza.

A partir da década de 90 foi pensado um sistema de unidades de conservação no Brasil com informações para auxiliar a gestão, alinhando-as com a política nacional do meio ambiente. No ano 2000 é criada então a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, SNUC (9.985/2000), um marco para a legislação ambiental brasileira, como uma tentativa

de integrar todas as UC, sistematicamente, com bancos de informações, e categorias com objetivos, e conceitos.

Não obstante a sua intenção de integrar as unidades de conservação da natureza, em muitas partes do país esses esforços ainda encontram-se aquém do ideal para formar uma rede sistemática de territórios em seus diversos biomas. Medeiros (2007) descreve casos onde a pressão de órgãos públicos, bem como da mídia, pode afetar a opinião pública e impedir a criação de unidades de conservação, que teriam importância não só para o meio natural, mas mesmo para a qualidade de vida da população do entorno.

Refletindo essa realidade em escala local, o Departamento de Unidades de Conservação (DEPUC) da Fundação do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM), órgão responsável pelas UC municipais aponta em um relatório técnico enviado ao ministério público que (FLORIANÓPOLIS, 2012, p.17):

[...] apesar do número de unidades de conservação criadas por legislação municipal específica e sua importância em termos de área (12,83% da superfície do Município); em termos de diferentes ecossistemas representados (lagoas, encostas com vegetação de mata atlântica preservada, restingas, dunas e manguezais, com a respectiva fauna silvestre associada); também em termos do potencial que estas áreas representam para a educação ambiental, turismo ecológico, implantação de trilhas e, em última análise, para a própria imagem da administração municipal perante a opinião pública local, regional, nacional e mesmo internacional, consideramos que o esforço despendido pelo Município para a implantação e gestão destas áreas encontra-se muito aquém do necessário [...].

Nesse sentido, percebe-se que do ponto de vista local, os órgãos ambientais têm problemas para adequar suas unidades, por falta de recursos humanos e interesse político do poder público municipal. O biólogo Danilo Funke, chefe do DEPUC, conclui o relatório do seguinte modo:

[...] a adequação ao SNUC, elaboração de planos de manejo e os respectivos programas de gestão, como programas de uso público, educação ambiental, regularização fundiária, etc., dependem de pessoal técnico capacitado e de recursos para sua execução. Da forma como se encontra a atual estrutura do Departamento de Unidades de Conservação, e sem o estabelecimento de uma política voltada para a implantação e gestão das UCs, se torna difícil inclusive o controle da aplicação da legislação que criou estas UCs, e que continua em vigor (mesmo que ainda não adequadas ao SNUC e SEUC).
(IDEM)

Esse acaba sendo um dos principais motivos pelos quais as UC municipais do município de Florianópolis seguem ainda sem adequação à política nacional do ministério do meio ambiente, e com gestão precária.

Durante o trabalho, podem ser vistas outras áreas naturais protegidas, na forma de parque urbano e de terras devolutas da união. O parque Urbano é uma área protegida que também é proposta pela comunidade através do núcleo distrital, um importante espaço participativo onde as diretrizes efetuadas são encaminhadas ao poder público municipal. As terras devolutas da união são territórios que pertencem ao governo federal, mas que foram apropriadas por um órgão da esfera estadual para serem distribuídas para moradores, que na sequência repassaram para empresários do setor da especulação imobiliária.

2.1.1 Gestão Participativa e Conflitos Territoriais

Macedo (2007) aborda a questão das UC e sua gestão participativa, aprofundando o debate acerca de participação. A questão levantada é se ela corresponde a uma oportunidade de gestão mais aberta de fato, ou se seria apenas mais uma ferramenta burocrática.

A participação pode ser muito controversa, se não for gerida de maneira clara. O projeto neoliberal, que se apropria desses conceitos acaba por fechar as decisões, causando conflito quanto a questões de gestão e principalmente de conflitos fundiários. Esses conflitos ideológicos acabam figurando em duas palavras específicas: preservação e conservação. (Macedo, 2007)

Conforme o autor, o pensamento ambiental brasileiro é marcado pela linha preservacionista, principalmente ligada as UC de proteção integral, que foi influenciada pelo modelo de criação estadunidense.

Os principais desafios para a gestão participativa, conforme o Relatório “Gestão Participativa do SNUC”, documento governamental elaborado conjuntamente pelo IBAMA e Ministério do Meio Ambiente em 2005 sobre Gestão Participativa em Unidades de Conservação seriam de que os conselhos, criados recentemente e sem uma normalização clara, acabam em uma situação complexa, sem suas atribuições devidamente entendidas e assimiladas.

Assim, ainda vigora entre setores de órgãos executores do SNUC a postura centralizadora e fechada para administração das unidades de conservação, sentindo-se ameaçados pela existência de uma instância gestora de composição pluralista. Dessa forma, muitas vezes os órgãos gestores acabam assumindo uma postura de ignorância sobre os atores regionais, sendo poucos os conselhos que tratam assuntos de interesse da sociedade e que efetivamente têm cumprido seu papel de controle e apoio à gestão de unidades de conservação.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Nos últimos anos as políticas públicas têm sido desenvolvidas a partir de um ideário mais popular e menos técnico, com propostas de gestão participativa em instrumentos de planejamento, como o Plano Diretor Participativo.

Essa abertura foi estabelecida diante de muitas lutas de movimentos sociais pela reforma urbana, no contexto do final da ditadura militar, nos anos 80. A proposta de reforma urbana surgiu pela primeira vez no Congresso Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil, em 1963, e serviu de base para os movimentos sociais organizados. (Lopes, 2011).

De acordo com Cymbalista (2006), os movimentos sociais se manifestaram com maior expressão na década de 1980, e estavam recuperando uma demanda de outros tempos, porém agregando outras reivindicações, como por exemplo, a luta pela moradia.

Durante o regime militar, entre os anos de 1966 até o ano de 1974, o órgão responsável pelo desenvolvimento da política de planejamento urbano era a Secretaria Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) promovendo a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local Integrado a nível nacional. Porém a SERFHAU, antes de propor uma política de desenvolvimento local, atuava apenas como uma agência de financiamento voltado para a elaboração de planos municipais, centralizando o poder local, inibindo a ação do poder municipal, enquanto que seus planos eram executados de maneira desintegrada a nível estadual. (Lopes, 2011)

Nesse período, Maricato (1997) afirma que os projetos eram escritos centralizando o poder no papel do técnico e sem levar em conta dos habitantes da cidade e que planejavam, nem mesmo os técnicos da administração municipal em questão.

Segundo Feldmann (2004), esse momento é marcado pelo planejamento tecnocrático, e a criação dessa secretaria em 1964 e sua regulamentação em 1966 estaria culminando um processo de

criação de órgãos de planejamento e comissões de planos desde 1940. Com a criação da SERFHAU, a liberação de verbas para elaboração de planos é condicionada pela administração municipal, além de abrir espaço para a contratação de empresas de consultoria pela esfera municipal.

Grande parte das conquistas adquiridas recentemente partem de demandas exigidas pelos movimentos sociais do final do século XX. Esses contavam com apoio técnico e científico de universidades e ONG's, para lançar suas propostas no congresso.

Depois da década de 1990, marcada pelas privatizações de empresas estatais promovidas pelas políticas neoliberalistas, as demandas desses movimentos foram legitimadas em âmbito nacional. De acordo com Souza (2000), os maiores avanços de políticas de planejamento puderam ser vistos no Brasil, pelo “planejamento politizado”, no quesito de participação popular, se comparados a outros lugares do mundo. O autor compara, por exemplo, o modelo estadunidense, que não oferece espaços deliberativos, permanecendo circunscrito a opções nada convincentes, como um “planejamento comunicativo colaborativo”, que possui um discurso ambíguo, motivado pela construção de amplos consensos, mas que subestima a profundidade das contradições sociais e de suas implicações políticas.

No entanto, por maiores que sejam suas conquista em relação os antigos planos autoritários, as forças do capital imobiliário não são algo que se possa se despreocupar. O direito à cidade para a maior parcela de seus habitantes tem que lidar com elementos como a “cultura política não-participativa à força de inércia do tecnocratismoenraizado nos quadros técnicos das administrações municipais”, entre outros problemas (Souza, 2000).

No início do ano 2000 as políticas de planejamento urbano são sistematizadas, adquirindo um estatuto próprio, o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), bem como um ministério dedicado ao planejamento territorial a nível municipal (Ministério das Cidades), e o Conselho das Cidades assume proposições democráticas para com as políticas públicas.

Uma das questões mais interessantes seria a obrigatoriedade do Plano diretor aos municípios que contam com mais de 20.000 habitantes, conforme o artigo 50, e no artigo 52 institui que o prefeito incorre em improbidade administrativa quando impedir ou deixar de garantir no processo de elaboração do Plano Diretor, a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população (Lopes, 2011).

Conforme Goulart *apud* Lopes (2011), o Estatuto das Cidades aponta duas grandes renovações em suas políticas de atuação. Uma delas foi a exigência de processos decisórios participativos, de caráter deliberativo, como as audiências públicas e seu papel no plano diretor participativo, e outro seria uma gama de diretrizes e instrumentos pautados em princípios como a função social da cidade. Entretanto, apesar do marco institucional, para assegurar os processos participativos é necessário uma abertura de pensamento partido dos governos locais, bem como a atuação da sociedade civil organizada nesses processos, e no campo jurídico, uma maneira de utilizar os instrumentos do estatuto conforme suas diretrizes, e que estes consigam restringir o poder econômico do capital imobiliário.

De todas as mudanças nas políticas em questão, as que mais lhe dão caráter participativo são os núcleos regionais, que possibilita as comunidades locais terem espaço de debate de suas demandas para depois encaminhar ao núcleo gestor municipal.

No entanto, esses elementos não garantem que esse processo ocorra de maneira participativa, visto que as forças do capital que visam manter o espaço urbano com aspectos mais exclusivistas e excludentes se utilizam de métodos cada vez mais sofisticados para garantir seus interesses. As políticas municipais ainda estão atreladas economicamente a grandes empresas e seus interesses.

No mais há a necessidade de orientar a população para sua participação e preocupação na construção da cidade, que devem ser abordadas no campo da educação, para que em longo prazo, a participação popular marque o planejamento e a gestão das cidades.

Por mais que o conceito de participação tenha ganhado força nas políticas públicas de planejamento das cidades assim como nas políticas ambientais, em seu artigo, Maricato (2007) fala da grande distância entre as leis garantidas pelas lutas dos movimentos sociais e a prática institucional, que acaba por negligenciar esse processo. Podemos ver também exemplos de como práticas podem ser mascaradas como sendo participativas, não o sendo de fato.

2.2.1. Plano Diretor Participativo

No ano de 2009, após ser debatidas diretrizes nos núcleos distritais durante três anos, a prefeitura municipal de Florianópolis junto com o instituto do planejamento urbano contratam uma empresa para realizar o plano diretor da cidade. Muitas das diretrizes levantadas pelas comunidades quando da participação nas reuniões distritais não foram incorporadas, provocando um levante na audiência pública do plano diretor, atualmente conhecida como “o levante do TAC” (foi realizada no Teatro Alvarez de carvalho, TAC). Até hoje o plano diretor não foi concluído, porém, as empresas construtoras seguem construindo e modificando as paisagens do município.

Os espaços participativos garantem uma participação popular, no entanto, ao expor planos diretores que não representam as diretrizes colocadas pela comunidade, e não aprovando seus contra-projetos, abrem espaço para o capital imobiliário operar sem nenhuma obstrução. Sobretudo, ao aprovar medidas permissivas nas câmaras municipais, que obviamente possui vereadores em seu círculo de influência.

Se no passado recente o planejamento urbano brasileiro não padecia de falta de

Planos Diretores, não é menos verdadeiro que, agora, o Estatuto da Cidade enseja outro paradoxo: temos uma avançada legislação urbanística, mas carecemos de políticas e meios adequados para implementá-la.(Goulart, 2008,p. 100)

Assim, apesar de dispor de instrumentos mais abertos, visando um planejamento mais permeável, para integrar a sociedade civil neste processo, e de estabelecer diretrizes para redefinir função social da propriedade e da cidade, esse processo ocorre apenas para cumprir as etapas conforme o estatuto, negligenciando a opinião da comunidade, ao estabelecer as políticas de maneira premeditadamente.

Passado o momento de institucionalização do planejamento urbano e da participação social, a atual prática do planejamento e a gestão urbana no Brasil enfrentam uma importante questão: como transformar a participação social institucionalizada em um instrumento efetivo de democratização do planejamento em que sejam explicitadas as contradições presentes na cidade, conformando uma arena pública de discussão e de atuação política? Compreendemos que a formação dessa esfera pública passa, necessariamente, pela capacidade da sociedade, em toda a sua diversidade, de ocupar os espaços disponíveis ou de exigir a construção de outros canais de participação, quando julgar necessário. (Pereira & Santos, 2008, p. 118)

Para aprofundar o tema do plano diretor, cabe aqui citar elementos do Estatuto das Cidades que regulam o processo participativo, já que nesse estudo de caso se faz presente seu uso para manifestar a opinião da comunidade em estabelecer a unidade de conservação da natureza.

As reuniões distritais no Pântano do Sul deliberaram a proposta de criação de um parque urbano e uma UC, com uma categoria de unidade de conservação da natureza. Representando assim a força desses novos instrumentos para o zoneamento da cidade, uma vez que as duas propostas seguem sendo apreciadas pelos órgãos públicos. Esse espaço distrital, como núcleo dentro do Núcleo Gestor Municipal, acaba sendo um espaço muito interessante na construção do plano, uma vez que capta as demandas de cada distrito, e que de maneira integrada representa a visão de seus habitantes no processo de construção da cidade.

No entanto, as últimas gestões municipais, bem como a da atual gestão, acabam prejudicando muito o processo negligenciando os interesses das comunidades. No caso das últimas gestões, por exemplo, enquanto o plano não é aprovado, por não incluir as demandas que as comunidades tanto se esforçaram para estudar e projetar, não é estabelecida uma moratória ou defeso, impedindo grandes empreendimentos de serem realizados - pelo menos enquanto não há um plano diretor em vigência.

O Núcleo Gestor, conforme o Guia do Plano Diretor (Brasil, 2004), “[...] deve ser composto de representantes do poder público e da sociedade civil, e deve expressar a diversidade de todos os setores sociais atuantes no município”. De acordo com o documento:

[...] O Núcleo Gestor tem papel estratégico: cabe a ele preparar, conduzir e monitorar a elaboração do Plano Diretor. Cabe, portanto ao Núcleo Gestor: Formular os planos de trabalho de elaboração técnica e mobilização social; Elaborar o cadastro das organizações sociais atuantes da sociedade civil;

Coordenar os núcleos de comunicação, de informação/ capacitação e de organização da participação; Propor critérios para decidir prioridades; Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas coletivamente; Compatibilizar o trabalho técnico com a leitura comunitária ao longo de todo processo.(Ministério das Cidades, 2005, p.46)

No artigo 5º dessa resolução, a organização do processo participativo deverá garantir a diversidade da realização dos debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, tais como bairros, distritos, setores entre outros e a garantia da alternância dos locais de discussão. Assim, o Núcleo Gestor pode contar com movimentos populares e organizações distritais.

No caso do município em estudo, temos a bancada popular, representada por movimentos sociais e ambientalistas nos mais diversos distritos. Esses espaços são importantes no sentido de captar as demandas de cada localidade e de se unir para se contrapor aos projetos da prefeitura, que se mostram atrelados aos do capital imobiliário e a um modelo de turismo ultrapassado. Assim, por mais que seja importante a presença desses espaços, os movimentos sociais necessitam se unir em um primeiro momento, para então solicitar as demandas nesse processo.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Situada no município de Florianópolis, a Ilha de Santa Catarina totaliza 426,6 km² de área, e suas paisagens fazem parte dos domínios geomorfológicos maciços cristalinos e planícies costeiras, formadas pelos movimentos de transgressão e regressão marinhas. (Nascimento, 2003).

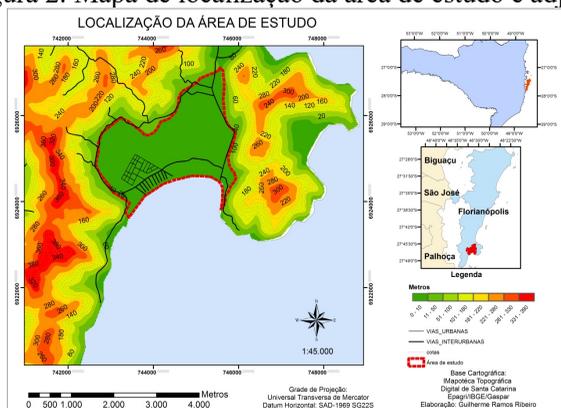
Seus ecossistemas caracterizam diferentes ambientes da região morfoclimática da Mata Atlântica litorânea formados pelas

florestas de encosta e florestas de planície quaternária (floresta ombrófila densa), planícies onde também se localizam as vegetações de restingas e manguezais, próximo a elas os ambientes de costão rochoso, em contato com o mar.

Em sua geologia podem ser encontradas as formações Granito Ilha, Granito Paulo Lopes, Riolito Cambirela e intrusões de diques básicos do Enxame de Diques Florianópolis, formando as encostas que fazem parte dos maciços cristalinos (Richetti, 2011).

A área de estudo deste trabalho está localizada no sul da Ilha de Santa Catarina, na Bacia Hidrográfica Litorânea do Pântano do Sul que possui 13,65 km² (Nascimento 2003) onde estão situadas as localidades de Pântano do Sul, Costa de Dentro, Costa de Cima, Balneário dos Açores e a porção sul da Armação do Pântano do Sul (Nascimento, 2003; Rocha, 2003). Nesta bacia está a Planície do Pântano do sul, que mede 6,11 km² de área (Nascimento, 2003). (Figura 2)

Figura 2: Mapa de localização da área de estudo e adjacências.



Fonte: Mapa elaborada pelo geógrafo Guilherme Ramos Ribeiro em 25 de junho.

A bacia localiza-se no entorno de dois parques naturais (Parque Municipal da Lagoinha do Leste e Parque Municipal da

Lagoa do Peri), banhados pelas águas que fazem parte do extremo norte da APA da Baleia Franca.

A planície do Pântano foi formada durante o quaternário, a cerca de 5.000 anos (Nascimento, 2003), e corresponde ao domínio geomorfológico de planícies costeiras, sendo abastecida pelas águas dos maciços cristalinos do entorno, a parte centro-leste da cadeia de montanhas que vai da Ponta dos Naufragados até o Alto Ribeirão (maciço sul da ilha), e os morros da Lagoinha do Leste (vertente sudoeste).

Estas encostas são densamente cobertas por parte dos últimos remanescentes da Mata Atlântica em Florianópolis, em estado de regeneração, na forma de floresta de encosta ombrófila densa (figuras 3 e 4) Suas cotas topográficas variam de 200 a 400 metros, situados relativamente próximos ao mar, em distâncias menores que dois quilômetros (Rocha, 2003; Nascimento, 2003).

Figura 3: Foto das encostas da localidade da Costa de Cima. Uma das vertentes que abastecem a hidrografia da planície.



Fonte: Gabriel Stroisch da Costa, data: 15 de junho de 2013

Figura 4: Encosta do morro da Lagoinha do Leste vista da planície:



Fonte: Gabriel Stroisch da Costa, em 15 de junho de 2013.

Próximo à foz do rio sangradouro, principal rio da área, observam-se espécies características de diferentes setores do Manguezal, tais como o mangue-branco (*Lagunculária racemosa*), e o hibisco do mangue (*Hibiscus pernambucensis*), entre outros. Considerado por alguns como o único manguezal da Ilha virado para o leste, adquirindo essas características por conta da proteção do mar aberto do canal, está localizado entre as praias do Matadeiro e da Armação, e pode ser encontrado da até as proximidades da ponte na SC-406, próximo ao acesso para a Costa de Cima, onde recebe do Rio Quincas as águas de drenagem da bacia hidrográfica. Antes da retificação na planície, de acordo com depoimentos, haviam meandros na extensão do rio Quincas Antônio, e que com as obras, foram secos, o que aponta de que havia a existência de um grande manguezal na área.

Podemos encontrar na planície inundável, área de estudo do trabalho, a floresta de planície quaternária (ombrófila densa) em regeneração, bem como pastos onde se praticou durante muito

tempo a pecuária, atualmente com pouco uso. Na floresta de planície quaternária da Ilha de Santa Catarina, são encontradas espécies como o Olandi (*Calophyllum brasiliense*), a copiúva (*Tapirira guianenses*), a figueira-da-folha-miúda (*Ficus organensis*), a figueira-do-brejo (*Coussapoa schottii*) e o ipê da várzea (*Tabebuia umbellata*). (Bisheimer *et al*, 2010). Espécies encontradas na planície do Pântano podem ser vistas na figura 5.

Figura 5: Espécies encontradas na planície do Pântano: Ingá-macaco e camboatá branco



Fonte: Gabriel Sroisch da Costa, em 15 de junho de 2013

Os estudos efetuados pela equipe enviada pelo ministério do meio ambiente localizaram a presença de uma importante manifestação da mata atlântica. Trata-se da floresta relictual, localizada na planície quaternária onde ocorre o afloramento do lençol freático em banhados dentro da vegetação adensada, representando assim uma relíquia da mata atlântica, por se localizar imersa na floresta de planície quaternária, manifestando peculiaridades pontuais. A figura 6 mostra a vegetação que cresce nas margens do canal retificado.

Figura 6: Canal retificado e floresta de planície quaternária em suas margens:



Fonte: Gabriel Stroisch da Costa, em 15 de junho de 2013

De acordo com Sá (2009), o refúgio ecológico ou comunidade relíquia, é uma formação de vegetação diferente da flora dominante, por obter características ecológicas, florísticas e fisionômicas peculiares. É chamada também de “vegetação relíquia”, ou no caso desse estudo, uma “relíquia da mata atlântica”, e recebe essa nomenclatura pela rara ocorrência, geralmente circundada pela vegetação dominante. Assim representa mais um importante indicador para a implementação de unidade de conservação de uso integral.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Os primeiros indícios da ocupação humana na Ilha de Santa Catarina é estimado em aproximadamente 5 mil anos. Dessa manifestação estão associados aos povos caçadores e coletores (também chamados de *pescadores, caçadores e coletores*, devido ao grande número de fosséis de peixes em seus sítios com datação relacionada), da tradição sambaqui, e é na área de estudo desse trabalho que são encontrados os mais antigos sítios dos registros arqueológicos (Aguiar, 2009).

Segundo Fossari (2004), citando Duarte, os caçadores e coletores viveram na parte norte “nas localidades de Ratonés, Jurerê, Vargem Pequena, Vargem do Bom Jesus”, na parte Leste “junto à Lagoa da Conceição”, e na parte Sul “estão junto ao rio Tavares, sendo que a mais ao sul de todas situa-se na Praia do Pântano do Sul.”

O segundo povo a habitar o litoral catarinense, bem como a ilha de Santa Catarina foram os grupos Gê (ou Jê), sendo sua tradição classificada como Taquara, Itararé ou casa de Pedra. (Fossari, 2004).

A última ocupação pré-colonial que se tem vestígios teria sido a do povo Guarani, em sua expansão para o litoral sul. Teria ocorrido nos últimos 900 anos, e teriam entrado em contato com seus antecessores, provavelmente tendo entrado em conflito e expulsados os grupos Gê da tradição Taquara- Itararé. Chamados também como povos agricultores, esses povos estabeleceram assentamentos nas proximidades da Lagoa da Conceição, Praia dos Ingleses, Rio Tavares, Pântano do Sul, Ribeirão e outras localidades, tendo usado preferencialmente as áreas enxutas e planas, onde teriam facilidade de se cultivar alimentos como a mandioca. (Fossari, 2004).

Muitos dos sítios deixados pelas populações pré-coloniais podem ser atribuídos a uma cultura específica. Nesse grupo, encontram-se as oficinas líticas, que não podem ter suas idades decifradas por datação absoluta, e as gravuras líticas. Deste modo, podem ter sido feitas por qualquer um destes povos.

A partir da chegada dos europeus no século XVI, a cidade de Florianópolis tem um histórico colonial de disputas entre o reino português e o reino espanhol pelo seu porto natural, que dispunha de condições de apertamento natural e de um posicionamento estratégico. Situada no caminho entre o Rio de Janeiro e a baía do Rio da Prata, permaneceu ameaçada até o período da invasão espanhola, durante o século XVIII. Essa disputa territorial marcaria os grandes eventos históricos da Ilha de Santa Catarina, incluindo a colonização açoriana, que assumiu a identidade histórica e cultural do município.

Durante muito tempo a ilha de Santa Catarina segue como um porto para espanhóis e holandeses, e outros viajantes que paravam para “aguada e refresco”, bem como manutenção de suas Naus. (Mosimann, 2004).

Depois da separação ibérica, pode ser reconhecido um esforço de Portugal para estabelecer seus domínios ao sul do Brasil, fundando a povoação de Nossa Senhora do Desterro pelo bandeirante Francisco Dias Velho, em 1675. O nome *Desterro* se dá pela presença de criminosos e degenerados que eram enviados à ilha pelo império português, uma maneira de afastá-los das cidades ao mesmo tempo em que povoava remotos territórios da colônia portuguesa.

Muitos viajantes naturalistas descreveram as paisagens da ilha ao longo do tempo, os agrupamentos humanos, e seus elementos naturais. O relato de Frézier de 1712 descreve uma cidade abandonada, repleta de mata atlântica e de feras selvagens e bois. Nesse período, a povoação estava muito enfraquecida, o viajante estima a população em cerca de uma centena de habitantes, em núcleos dispersos.

Entre 1748 e 1756, foram trazidas para o sul do Brasil as famílias açorianas, em muitas levas, parte se assentou na ilha e no continente próximo. As atividades eram ligadas à pesca, agricultura e pecuária, sendo o centro administrativo a Vila do Desterro, atualmente seria a região da catedral. Os imigrantes aprenderam a cultivar com as culturas locais, com um solo diferente de sua terra natal, e espalharam muitos engenhos e casas

que tem suas ruínas encontradas atualmente nos Parques do Sul da Ilha. (Peluso Junior, 1991).

Os principais produtos que a vila fornecia para o império era a farinha de mandioca e o óleo de baleia, mas eram cultivadas na ilha as culturas de linho, algodão, feijão, arroz, cana e café, entre outras culturas de subsistência. Uma atividade forte na economia da ilha era o óleo de baleia, beneficiados nas armações baleeiras. Havia a Armação da Lagoa de Santa Ana, localizada no distrito do Pântano do Sul, próxima a planície alagável, que pertencia a freguesia do Ribeirão, localidade de onde eram fornecidos escravos para trabalhar na armação baleeira. (Peluso Junior, 1991).

As atividades agrícolas entram em declínio na segunda metade do século XX, quando a cidade começa a se desenvolver como núcleo urbano dentro de uma nova lógica do capital.

Uma característica importante da colonização açoriana no sul do Brasil era a presença de grandes espaços de uso comum, usados para a pecuária e a agricultura, que ainda podem ser encontrados hoje. Ultimamente essas terras de uso comunal estão ameaçadas por vendas por parte do governo, ou mesmo concessões na forma de favores eleitoreiros, conforme será visto no estudo de caso. Com a supervalorização das terras nas regiões litorâneas, em muitas áreas ocorrem esses procedimentos, prejudicando as comunidades tradicionais de origem açorianas.

3.1.1 Terras Comuns

Na ilha de Santa Catarina, bem como um padrão geral do litoral Catarinense, havia a presença das terras de uso comum, compartilhadas pelos moradores para atividades complementares à sua renda e sobrevivência. Conforme Campos (1991), essas áreas eram usadas para atividades agropastoris, nas áreas menos produtivas. Aqui na ilha, apesar de predominarem as planícies quaternárias, em suas capoeiras e restingas, também eram usadas as encostas e topos de morros, como terras de uso comum. A figura 7 mostra as atividades atuais, na antiga área de uso comum na planície do Pântano do Sul:

Figura 7: as áreas da planície eram utilizadas pelos moradores do entorno como áreas comunais:



Fonte: Gabriel Stroisch da Costa, em 15 de junho de 2013

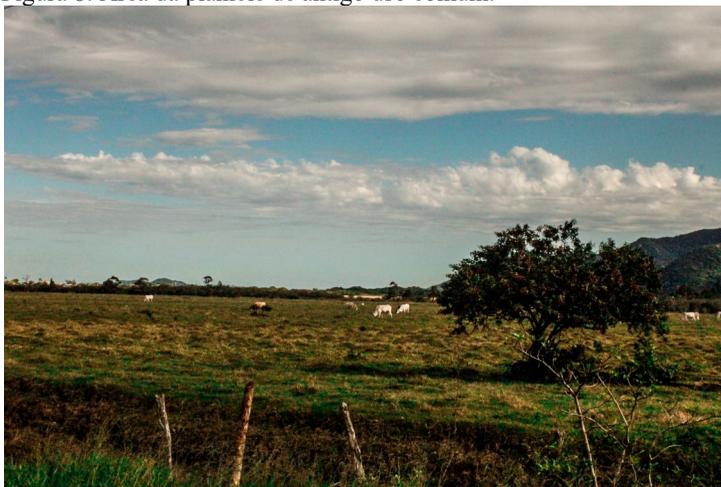
Esse elemento deriva dos “baldios”, em Portugal, também de uso comum, e segundo a pesquisa de Campos(1991), seria uma herança germânica e romana, povos que estabeleceram domínio na província em outros tempos. Cabe ressaltar que no modo de produção feudal, as áreas comunais são um elemento presente, e que um dos mais importantes fatores de transição do sistema econômico feudal para capitalista tem relação direta com esse elemento, já que sem a apropriação dessas terras, o segundo sistema provavelmente não teria se estabelecido.

No caso do litoral catarinense, os açorianos foram trazidos para povoar a costa sul do Brasil, na figura de um soldado colono, que defenderia essa região de invasões de outros reinos enquanto abastecia o mercado com seus produtos. Assim, o uso dessas propriedades nesse contexto é importante, já que asseguraria a

sobrevivência desses soldados colonos, garantindo recursos para complementar seu modo de vida.(Campos, 1991)

Na área em questão, a planície do Pântano do Sul, com sua vegetação de restinga e floresta de planície possuía todas as características das áreas que eram usadas como uso comum mais encontradas na ilha (Campos, 1991), (Figura 8).

Figura 8: Área da planície de antigo uso comum.



Fonte: Gabriel Stroisch da Costa, em 29 de julho de 2013.

O geógrafo relata também em seu trabalho sobre o tema que durante os séculos XIX e XX essas áreas começam a ser apropriadas, em um primeiro momento restringindo o acesso aos meios de produção, uma maneira de se obter um barateamento da mão de obra, e no século XX a valorização das terras. No entanto, as terras comunais ainda aparecem na Ilha, ainda que cada vez mais raras, e mesmo com as sucessivas tentativas de apropriação desses espaços.

3.1.2 Urbanização

A partir do século XX, a economia na ilha passa por profundas mudanças deixando as atividades agrícolas pouco a pouco, passando a girar em torno do comércio e serviços.

Nas primeiras décadas, já podem ser vistas algumas alterações, como o porto da alfândega, que devido ao aumento dos calados das embarcações, não conseguia mais receber navios de transporte de carga, o que o tornou ocioso. Com a construção das pontes, as embarcações que realizavam o transporte até o continente também não tinham mais utilidade.

Desterro, depois Florianópolis, jamais permaneceu estática. Desde seus primeiros anos como cidade, o dinamismo da vida urbana modificou-a constantemente, ainda que de forma lenta. O plano urbano criado por seus fundadores expandiu-se pela transformação de terras rurais em terrenos urbanos, geralmente obedecendo aos interesses dos proprietários, raramente aos da urbanização, à medida que a orla urbana avançava sobre o campo, impulsionada pelo crescimento da população. Florianópolis estendeu-se para o continente adjacente, e seu plano urbano fundiu-se com os das cidades de São José, Palhoça e Biguaçu, criando a conurbação que atualmente caracteriza a capital catarinense. A estrutura de Florianópolis mantinha-se dentro do esquema da “base econômica de exportação”, com os mesmos elementos por mais de dois séculos, quando, nos anos trinta, um dos seus suportes começou a desmoronar. O comércio exportador entrou em decadência mas ao mesmo tempo se registrou o enriquecimento das funções do governo. (...) (Peluso Junior, 1991, p.295)

A questão da urbanização sobre os terrenos rurais sem um planejamento adequado ocasionou certos problemas estruturais na ilha, como em questões de saneamento, redes viárias e ocupações irregulares.

De acordo com Pereira (2012) os planos diretores na cidade nos moldes modernistas são desenhados desde a década de 50, no entanto, o adensamento acaba não ocorrendo conforme os projetos, mas seguindo interesses imobiliários.

É na década de 60, com o estabelecimento das universidades e de serviços públicos, a ilha adquire uma nova vocação, deixando as práticas agrícolas de lado. A cidade assistiu durante este século uma grande transformação, aumentando muito sua população.

Peluso Junior (1991), em seu trabalho a respeito do aumento populacional de Florianópolis e suas consequências na estrutura da cidade, aponta dados em que a população da cidade em 1940 era de aproximadamente 25 mil habitantes, e em 1980, esse número sobe para cerca de 153,5 mil, e atualmente seu crescimento é ainda maior.

Sabendo-se que 42% de Florianópolis é área de preservação permanente, e que o crescimento urbano segue apenas a estrutura da rede viária, afirma-se a ausência do planejamento urbano, visando a qualidade de vida, onde os órgãos responsáveis pelo planejamento preocupam-se tão somente na rentabilidade turística, esquecendo que a qualidade de vida dos moradores indicam um turismo de qualidade. (Rocha, 2003)

A partir da década de 70, a cidade começa a desenvolver seu potencial turístico, embora sem ações muito efetivas por parte do poder público. A transformação acaba por transformar o espaço da ilha, e a elevação dos preços inicia um processo de segregação do espaço urbano.

Esse período pode ser caracterizado por uma mudança de atividades econômicas, avanço das áreas urbanizadas sobre as cultivadas, instalação de serviços e urbanização sem um planejamento adequado e a criação das primeiras UC.

4. O PÂNTANO DO SUL E A RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE

A localidade do Pântano do Sul se caracterizava, no início do século XX, como uma vila de pescadores, e pertencia a freguesia do Ribeirão da Ilha. Localizada próxima à Armação da Lagoinha, onde nos séculos XVIII e XIX a caça de baleias se mostrava um atividade econômica rentável, a pesca foi a principal atividade das duas localidades.

A implantação do núcleo baleeiro na Armação de Sant'ana da Lagoinha, veio consolidar a estruturação do espaço local, que imprimiu por algum tempo o ritmo e o caráter das relações entre as regiões, acrescentando às mesmas uma dimensão de externalidade, na medida em que a produção da Armação abastecia outros mercados da costa brasileira e Portugal. (Rocha, 2003)

Segundo Claramunt (2008), a vila era constituída principalmente por pescadores, e em menor número agricultores e comerciantes. A autora fala também das “salgas”, onde se preparava os peixes, que pertenciam aos comerciantes mais bem estabelecidos, enquanto os outros habitantes tinham um modo de vida mais humilde. As roças eram cultivadas nas encostas e na planície, terra de uso comum, de solo mais arenoso e empobrecido.

Assim, além da pesca, o cultivo de mandioca nas terras comunais e seu beneficiamento nos engenhos era uma atividade bem forte. Nessa época, conforme Nascimento (2003), a localidade era conhecida como porto,

Durante a década de 40, em uma escavação para construir um cemitério na localidade, são achados os sambaquis na região, e aplicada à lei sobre sítios arqueológicos na esfera federal. Durante muito tempo foi considerado o sítio arqueológico mais antigo da Ilha de Santa Catarina. (Claramunt, 2008).

Durante a década de 50, devido as características úmidas da área comunal, Claramunt (2008) afirma que agricultores de Paulo Lopes e Imaruí se estabelecem no local para o plantio de arroz, visando a exportação de produção. Nessa época muitos moradores da região migram para o centro da cidade devido a oferta de empregos no setor de serviços que começou a ser criado, e outros acabam saindo da ilha para trabalhar na pesca em Rio Grande.

Em 1968, conforme Claramunt (2008) chega a região a luz elétrica, que mudaria muito o modo de vida de seus moradores. Esse período é caracterizado pela instalação de serviços como posto de saúde, posto policial e concessão para o transporte. Esses equipamentos acabam atraindo o setor da especulação imobiliária, denominando a localidade como balneário.

Assim como outras áreas da Ilha, a localidade acaba sendo visada pelo turismo e pela especulação imobiliária, tendo como atrativos a tranquilidade da região e a proximidade da praia, que deixa de ter como finalidade principal o meio de produção do pescador artesanal, para uma amenidade a ser explorado por outros setores.

A área de estudo, a planície do Pântano, era usada pelos moradores na forma de *terras comunais*. Trata-se de uma área de pastagem onde soltavam o gado, nas proximidades do Pântano do Sul e da Costa de Dentro, área separada por um trecho de floresta que se estende entre as localidades da Costa de Cima até a Costa de dentro.

Em alguns trechos a floresta cresceu sobre um lençol freático superficial, de um a três metros do solo. Esses banhados propiciaram à floresta uma condição muito especial, considerada por alguns estudiosos como vegetação relíquia, uma vez que temos raras formações como essa na ilha, onde a mata de planície quaternária se estabelece em local de muita umidade.

A planície foi modificada a partir da década de 1970, quando foram efetuadas obras de retificação dos canais pelo Departamento Nacional de Obras Sanitárias (DNOS), secando três lagoas que haviam no local, para executar um projeto de

plantação de arroz. Somadas essas condições, a planície inunda com frequência, o que a caracteriza como área alagável e inviabiliza qualquer empreendimento no local.

Haviam no local três lagoas. A lagoa das Capivaras, a Lagoa pequena e a lagoinha. A mais extensa estava situada próxima à localidade do Pântano do Sul, e outras duas próximas a Costa de Dentro. A área toda era do patrimônio da união, entretanto, através dessa iniciativa do plantio de arroz, que beneficiava apenas as áreas externas da planície, a maior parte da área havia sido concedida para alguns proprietários, pelo extinto Instituto da Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), órgão estadual que, sob o discurso de desenvolver a região, concedeu a apenas três especuladores, cerca de 90% da planície. Nesse meio tempo, a área onde se encontrava a Lagoa das Capivaras, bem como a de onde se encontravam as duas pequenas lagoas ficou sendo de uso comum das comunidades, para colocar o gado.

No ano de 1997, os moradores do distrito recebem uma proposta de um mega empreendimento de uma empresa incorporadora e de engenharia, para ocupar completamente a planície do pântano, uma área natural de uso histórico comum dos residentes. O projeto da empresa foi apresentado em audiência pública e visava construir muitos prédios para alojar 40.000 pessoas, mas a comunidade do distrito compareceu na audiência lotando o espaço, e rejeitou a proposta.

Três anos depois, a Associação Habitacional dos Servidores da UFSC (AHSUFSC) consegue uma licença prévia da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA), para uma construção na planície do Pântano do Sul, do empreendimento Flor do Pântano, com dez blocos de 170 apartamentos. A comunidade se organizou através de entidades sociais, como o movimento Pró Qualidade de Vida do Pântano do Sul, e realizou manifestações no local. Esses movimentos emitiram um laudo ao Ministério Público Federal (MPF), que recebeu um parecer favorável, e em setembro de 2002, o loteamento foi embargado. Alguns anos depois a comunidade descobre que essa associação como entidade ligada a funcionários da UFSC nunca existiu.

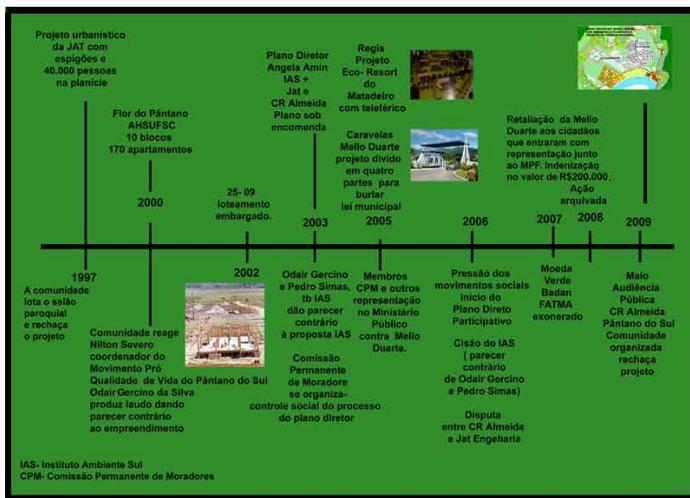
No ano de 2003, a prefeitura inicia o processo do Plano Diretor, contratando o Instituto Ambiente Sul (IAS) para coordenar no Distrito do Pântano do Sul. A comunidade se organiza formando a Comissão Permanente de Moradores (CPM), para fiscalizar o processo, uma forma de controle social. Logo viram tratar-se de um jogo, já que o IAS se mostrava favorável a ocupação da planície, e apesar do laudo de dois profissionais do instituto contra esse processo, em seu microzoneamento a definia como área passível de ser ocupada. No entanto, a prefeitura decide concluir o plano diretor antes de enviar o parecer do instituto para a câmara de vereadores.

Em 2005 o Distrito recebe duas propostas de construção de grandes empreendimentos, um deles na planície em questão. A comunidade mais uma vez rechaça o projeto e decide então que a melhor maneira de proteger a área seria criar uma Unidade de Conservação da Natureza (UC), já que o código florestal não se mostrou ser o suficiente para mantê-la conservada.

4.1. CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE

Durante a pesquisa, foram encontrados dois veículos de comunicação do núcleo distrital, por material impresso e virtual. Os Blog's *pantanodosul.blogspot.com/*, do núcleo distrital do pântano do sul, e o *parquenaturaldopantanodosul.blogspot.com/*, que trata especificamente do parque, são canais onde foram encontradas muitas informações para o presente trabalho. As notícias sobre as propostas de empreendimentos também são veiculadas em material impresso, como os Boletins do Núcleo Distrital, instrumento direto da instância (em anexo há um exemplar de 2009) e do Jornal Informativo do Sul (em anexo), feito pelos participantes do núcleo de maneira independente. Ambas as publicações foram impressas e distribuídas no próprio distrito. As figuras 9, 10 e 11 podem ser encontradas no Blog, registrando o histórico do conflito:

Figura 9: Histórico dos conflitos ocorridos nas localidades do distrito.



Fonte: Acessado em 23-06-2013, no blog: parquenaturaldopantanosul.blogspot.com/.

No blog do núcleo distrital, a proposta da UC segue como uma pauta em evidência, bem como a proposta de um Parque do Entorno Escolar. Esse último é uma proposição da Escola Dilma Lucia dos Santos, da comunidade da Armação.

Dos canais de informações virtuais, esse é que acaba sendo mais atualizado, com chamadas para as reuniões distritais e de outros eventos de caráter ambientalista comunitário.

Cabe ressaltar que nele encontra-se postagens sintonizadas com outras demandas organizadas das localidades da ilha, como o Movimento pelo Saneamento Alternativo (MOSAL), assim como entidades comunitárias também de outras localidades, o que mostra que o distrito está articulado com as comunidades da ilha.

No blog específico do parque, temos uma postagem publicada em 8 de junho do ano passado, onde se encontra um

relato de todas as ameaças da especulação imobiliária sobre a planície, com a reação da comunidade sempre rejeitando seus projetos, nas audiências públicas.

Em uma nota, se reprova o processo do plano diretor estar sendo efetuado sem um defeso ou moratória, que seria a inviabilização do licenciamento de construção de grandes obras enquanto o plano não é aprovado. Nessa mesma nota são apresentados dez motivos para não viabilizar empreendimentos na planície, embasado em questões como qualidade de vida e preservação da biodiversidade.

Em postagem mais antiga, de junho de 2011, há um chamado para a participação do plano diretor via núcleo distrital, e mais uma contextualização das negociações com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), que inicia com o encaminhamento direto dos representantes da comunidade. A postagem também esclarece a situação dos empreendimentos na planície, estando apenas um em fase de licenciamento, os outros embargados.

Pode ser visto em outras postagens mais antigas fotos da fauna encontrada na planície, incluindo aves de rapina, como o gavião carcará (*Polyborus plancus*), e o gavião pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*), e pássaros como a saíra militar (*Tangara cyanocephala*), a saíra-sete-cores (*Tangara seledon*) e o tiê preto (*Tachyphonus coronatus*), entre outras espécies. Esse levantamento de espécies feito por registro de moradores é muito interessante, pois demonstra um esforço envolvido para o reconhecimento dos elementos da biodiversidade.

Em junho de 2009, foi publicado o Boletim cinco do Núcleo Distrital e distribuído nas localidades do distrito. Nesse material pode ser encontrada toda uma contextualização do conflito, com textos abordando as temáticas, enfatizando a questão do parque natural e do PDP. O material tem conteúdo exclusivo para as lutas pelas demandas do distrito, e seus textos foram postados nos blog's citados.

Figura10: Ameaças dos projetos da especulação imobiliária na planície:



Fonte: Disponível em parquenaturaldopantanodosul.blogspot.com/, acessado em 23-06-2013

Figura 11: A imagem foi ampliada e perdeu resolução, seu objetivo é contrastar com o projeto acima



Fonte: Disponível em parquenaturaldopantanodosul.blogspot.com/, acessado em 23-06-2013

4.2. PARTICIPAÇÃO NO NÚCLEO DISTRITAL

Durante o trabalho, a pesquisa envolveu a observação participante no núcleo distrital. O acompanhamento se deu a partir da primeira reunião do ano (2013), que ocorreu no último dia de abril. Na ocasião, as pautas centrais foram sobre as reuniões com o núcleo gestor municipal e sobre a proposta dos parques (urbano e natural), foram dados também alguns informes.

A reunião do núcleo gestor aconteceu no dia 25 de abril de 2013, e foi a primeira reunião do mandato do novo prefeito, Cezar Souza Junior. O representante titular distrital do núcleo gestor relata com preocupação a reunião, por conta de seu caráter centralizador, com mudanças do regimento, que foram efetuadas sem a participação dos núcleos distritais, nem da bancada popular.

A outra pauta em questão fala também da proposta de pauta recorrente nas reuniões do núcleo. A comunidade encaminha também uma proposta de parque urbano, localizado no entorno da Escola Básica Municipal Dilma Lúcia dos Santos, local onde acontecem as reuniões. Trata-se de um projeto muito interessante, de utilizar essa área para atividades aos alunos e à comunidade, incluindo ginásio poliesportivo, centro de educação ambiental, centro histórico cultural, e cursos de extensão com o IFSC. O processo está sendo encaminhado desde 2009, e seu objetivo é manter uma área natural que estabelece um corredor ecológico entre dois parques municipais na localidade (Parque Municipal da Lagoinha do Leste, e o Parque Municipal da Lagoa do Peri), aproveitando apenas as áreas degradadas para espaços a serem construídos. Um aspecto interessante do projeto é aproveitar uma casa de arquitetura açoriana, a mais antiga da localidade, para atividades culturais, enaltecendo a cultura local.

Também foi apresentado para a comunidade o documento técnico da FLORAM que apresenta parecer favorável à UC, que havia sido elaborado em junho de 2012, e que só foi levado ao representante titular em dezembro do mesmo ano. Assim, a reunião entusiasmou os participantes do núcleo, que haviam

lutado pela proposta desde 2005. Foi entregue a cada participante uma cópia do relatório, e um “título de propriedade” simbólico, da planície em questão, uma vez que, sendo um parque natural, será de propriedade pública.

Essa reflexão é muito interessante, já que na terra de uso comum que onde a especulação imobiliária visa expropriá-la, a implantação do parque surge como uma solução. Em termos de legislação, uma terra de uso comum, e uma unidade de conservação são muito destoantes, mas conservam em comum a questão do uso público, uma vez que expropriada a comunidade perde essa área onde sempre teve acesso.

O caráter artístico e simbólico dessa proposta torna a pesquisa muito interessante, vale lembrar de um evento onde a comunidade se organizou em um ato escrevendo na praia do pântano do Sul as palavras “PAISAGEM ESPECULADA”, uma alusão a um conceito geográfico bem apropriada, em 2011.

Assim, foi feita uma breve discussão a respeito da trajetória da proposta, mais para situar novos participantes do processo, informações contidas nos blog's do núcleo distrital e no do parque. Foi então encaminhada um proposta de manifestação artística, onde os participantes fariam uma bicicletada, partindo da escola, e formariam na planície um coração, com as pessoas de mãos dadas, simbolizando necessidade de preservação do local. Foi levantada a ideia de se realizar o evento na semana do meio ambiente, onde a escola tem uma programação de atividades relacionadas ao tema.

Para o ato, foi formado um grupo de trabalho para a organização do evento, na qual o autor deste trabalho participou. Foi marcada então outra reunião para a próxima semana, para acertar mais detalhes do evento, envolvendo o grupo de trabalho. As decisões encaminhadas na reunião foram a repetição da bicicletada, da formação dos corações, de realizar uma feira de trocas na escola, com a feira do cacareco, que ocorre na localidade da Armação periodicamente, de chamar membros da orquestra sinfônica de Florianópolis e do grupo de coral Gira-Coro, já que participantes do núcleo distrital compõem esses dois grupos.

Foi tratado também de um evento apresentando o projeto do entorno escolar contando com a presença do prefeito, exigindo um encaminhamento do processo para a aquisição do terreno por parte da prefeitura, para assim poder encaminhar o seu processo de criação. Além disso, o evento foi marcado para fazer parte da semana ambiental da escola, que devido aos eventos do município, foi marcada para a semana seguinte, encerrando com o ato pelos parques, no sábado, dia 15 de junho.

Na reunião do grupo de trabalho, foi definida a agenda do dia do ato, marcando então a apresentação do Projeto do Parque do Entorno Escolar para o prefeito, as 10:00h da manhã, concentração para a bicicletada as 13:30h, a partir das 16:00h montagem da feira de trocas, e a apresentação da orquestra e do coral as 17:00h. Foi encaminhado também que seria levada a proposta para o comitê da escola, para o evento compor sua semana ambiental, e que na próxima semana se faria uma leitura em conjunto do processo de criação, pois era necessário o numero do protocolo do documento, e alguns membro do grupo de trabalho iriam se encontrar um pouco mais cedo no mesmo local da reunião distrital, para fazer a tal leitura.

Na semana seguinte, então, se descobriu que o documento não havia sido protocolado, manobra da administração municipal anterior. Ficou decidido que no evento iria ser cobrado o protocolo do documento, bem como um destino orçamentário para a aquisição do terreno para o próximo plano de contas, que seria o primeiro passo para efetuar de fato o projeto do parque urbano. Nesta ocasião foi proposta a reunião com o prefeito no dia do ato, no entanto, a administração municipal alegou que não poderia ser agendada com tanta antecedência, para que entrasse em contato em uma data mais próxima do evento.

Na reunião distrital, uma semana depois, seguiram as discussões a respeito das duas pautas, uma vez que no núcleo gestor a situação se mantém bastante complicada. Uma reunião havia sido desmarcada, e a instrução normativa ainda não havia sido apresentada. Contrariando o regime interno em vigência, as reuniões ocorrem apenas uma vez ao mês, e a toque de caixa, sempre pedindo a colaboração das comunidades. Quanto à

manifestação, mais alguns detalhes haviam sido acertados, um deles é a formação de um coração na escola, para simbolizar também a necessidade do parque urbano.

Na semana seguinte, em outra reunião distrital, a primeira pauta foi sobre a redução de audiências públicas para a elaboração do plano, deliberando assim para levar ao núcleo gestor a opinião da comunidade contrária a esta abordagem, mantendo os espaços deliberativos construídos democraticamente nos últimos anos. Quanto a manifestação, foi aprovada como parte da semana do meio ambiente da escola, e para registrar o coração formado por pessoas de mãos dadas na planície, pensou-se em contratar uma grua, que posicionaria o fotografo para registrar o ato.alem de bicicletada, para não excluir quem não tem bicicleta ou mesmo quem não possui esse hábito, pensou em fazer também uma passeata, já que a distancia entre a planície e a escola mostra-se viável para tal atividade. De maneira organizada, foi chamada a polícia militar e a guarda municipal para a manifestação, uma maneira de legitimar a atividade, e que esta ocorra de maneira segura. Ao entrar em contato com a prefeitura, foi confirmada a presença de Cezar Souza Junior.

Então, na semana do meio ambiente da escola, evento que abrange o ato, a greve dos trabalhadores do transporte ocorre na segunda-feira, e a diretora da escola decide adiar as atividades da semana do meio ambiente. No entanto, as atividades agendadas para o dia são mantidas, para aproveitar a agenda marcada com o prefeito. Uns dias antes, na quinta feira antes do evento (dia 13 de junho), uma nota vinda da prefeitura declara que prefeito não poderá comparecer, e neste dia houve uma reunião com os participantes do núcleo distrital. Foi deliberado que se acionasse a prefeitura, para pressiona-lo a comparecer, já que se tratava de um evento muito importante para a comunidade.

No dia marcado, o secretário da educação desde o mandato anterior, Rodolfo Pinto da Luz compareceu para representar o prefeito, no entanto a comunidade desmancha a mesa, e o secretário não foi aceito como representante da prefeitura. A comunidade decide emitir uma carta de protesto frente à falta de respeito e consideração. A proposta é apresentada por professores

e por alunos, bem como a demanda por espaços de lazer, esporte e cultura, e de um centro de educação patrimonial ambiental. Foi tratado da questão do corredor ecológico que pode ser estabelecido com a efetuação do projeto, favorecendo os elementos que compõem a biodiversidade, bem como a manutenção de serviços ambientais.

A apresentação também contou com a participação de um bolsista do PIBID, projeto da UFSC envolvido com a criação do parque urbano. Estiveram presentes professores, pais e alunos, e alguns vereadores. Cabe ressaltar que o prefeito anterior havia comparecido, no entanto o documento do processo não foi protocolado.

O representante titular do núcleo gestor falou em nome da comunidade, lamentando a ausência da prefeitura municipal, e que tanto esse projeto, quanto ao do parque natural, proposta em que este trabalho se propõe a analisar, obtiveram um parecer favorável por parte do atual prefeito durante as eleições, em uma proposta enviada pela Federação das entidades ecologistas catarinenses, à qual preside atualmente, denominada plataforma ecológica, que se trata de uma série de questões a todos os candidatos abordando as propostas ecológicas, e que busca perceber o comprometimento destes com a temática ambiental. Assim, este era mais um motivo para a sua presença no evento.

Cabe citar um infeliz depoimento de um vereador que se referiu a implementação do projeto como um “presente” da câmara à comunidade, quando falava do orçamento de cada vereador recebe por ano, mas que a proposta deveria ser estabelecida “com menos radicalismo e mais aberta a comunidade”. Esse discurso representa um grande descaso com o trabalho voluntário da comunidade e das participações no núcleo distrital, uma vez que o projeto foi proposto pelos moradores locais, por serviços básicos e de desenvolvimento local, e que promoveria melhorias na base, na educação, e ao mesmo tempo beneficiaria o meio ambiente ao estabelecer um corredor ecológico, incluindo construção de túneis e passarelas para o fluxo de espécies locais.

No período da tarde, por conta do tempo instável, a manifestação artística pelos parques foi adiada, para o dia 29 de junho (14 dias depois), e aproveitei a presença de integrantes da Associação Coletivo UC da Ilha para realizar uma pesquisa de campo na área, entrando na área da floresta de planície quaternária.

Um dia antes, na área marcada, fui chamado para preparar o evento, que ao ser mudado recebeu mais uma atividade, o plantio de mudas nativas na planície. O local escolhido foi o entorno do terreno onde haviam sido projetados os principais empreendimentos imobiliários da planície, onde estavam sendo projetados os pátios dos condomínios, rente a SC que leva a localidade do Pântano do Sul até os Açores. No local foram iniciadas obras para uma via duplicada, entretanto somente uma via foi pavimentada, a outra foi apenas aterrada, em 1999. As mudas foram disponibilizadas pela FLORAM, em um trabalho no Parque municipal da lagoa do Peri, onde são plantadas mudas nativas, o que também significa um apoio do órgão ambiental. Vale lembrar que a criação da UC vai depender diretamente deste órgão, bem como núcleo gestor e de como este responde as demandas distritais. Deixamos o local pronto para a atividade, cavando pequenos buracos para o plantio e sinalizando a área.

No dia mais uma vez o tempo amanhece instável, com uma frente fria que ocorre pela a madrugada, causando chuvas e trovoadas. A atividade havia sido marcada para as 13h30min, e nesse horário ocorria uma pequena precipitação. Apesar disso, estavam reunidos na escola cerca de 30 pessoas, e a partir das 14h00min, quando o tempo melhorou, os moradores formam o coração na escola, onde foi fotografado da caixa d'água (fotos em anexo). As atividades da feira de trocas e orquestra foram canceladas então.

Como o número de pessoas não foi conforme o esperado, não houveram as atividades de passeata e de bicicletada, entretanto os moradores se deslocaram de carro para a planície para plantar as mudas. Os moradores chegaram ao local por volta das 14h30min, e o tempo abre, os moradores ajudaram a descarregar as mudas. O representante titular distrital do núcleo

gestor chamou a todos para fazer uma fala, a respeito da luta da comunidade, utilizando um mapa da planície. Estavam ali moradores das localidades de Açores, Armação, Costa de Cima e Armação, eram crianças e adultos, que depois da palestra se unem para um registro da atividade, cuja foto consta em anexo.

A palestra localizou os manifestantes a planície, e apontou a importância de sua manutenção como área natural, relatando as conquistas da comunidade unida conseguindo rejeitar esses projetos que infligem a legislação ambiental.

As mudas foram plantadas em três linhas e bem espaçadas, e se as 70 mudas vingarem formarão um bosque de árvores nativas contornando o parque proposto, ao longo da rodovia. O solo alterado não corresponde ao original, que é presente em todo o espaço proposto, mas esse bosque ali plantado representa esse processo de mobilização, um gesto simbólico que desta forma permite o estabelecimento de um trecho de área natural. Relativamente próximo ao trecho da planície quaternária, esse bosque poderia estar próximo à entrada do parque, aonde uma trilha conduziria ao visitante até a floresta. Por volta das 16h00min as mudas já haviam sido plantadas, e os moradores se dispersam.

4.3. ENTREVISTAS

Para obter mais informações a respeito do projeto, foram adquiridos depoimentos de moradores da comunidade, que participaram do processo de mobilização pelo parque. Foram analisadas as entrevistas realizadas no período entre 26-06-2013 e 31-06-2013, com quatro moradores do distrito que estiveram envolvidos com a mobilização pela UC.

A respeito da área, o entrevistado 2 fala sobre a terra de uso comunal, levanta algumas características de como esse modelo ocorreu no litoral, e sobre como o capital imobiliário se apropriou da área:

[...] Uma coisa importante foi o processo de posse daquelas terras,

porque aquela área, inicialmente, na colonização açoriana, até foi muito bem pensada quando eles ocuparam esse litoral, foi dividido em pequenas propriedades e não latifúndio, e em todas as regiões a gente nota que sempre ficava uma parte de terras públicas para o uso comum de todos. Aquela região do parque era terra comunal, era o mesmo estilo de Tubarão, tem uma área pública grande, em que toda a comunidade usava, e os empresários queriam tomar e a justiça não permitiu. O local era público onde as pessoas faziam roçado, soltavam seu gado.

Então, de repente apareceu do nada como um conto de fadas, dois grandes proprietários de tudo. Apareceu a CR Almeida com cerca de 100 hectares, e a JAT engenharia com aproximadamente 100 hectare também e mais o Paludo, latifundiário, que já foi juiz e empresário, e tem uma parte de 30 a 40 hectares na costa de cima. Vendo isso, descobrimos que na década de 70 existia o Instituto de Reforma Agrária de SC (IRASC) era regime militar, ditadura, então ele “distribuiu terras”, entre aspas, para a plantação de arroz. Claro que ninguém nunca plantou nada lá, nunca teve agricultura¹ nessa área,

¹ Ao dizer que a área não possuía agricultura, provavelmente o entrevistado se refere à atividade produzida nas áreas mais férteis, nas encostas, enquanto as baixadas não tinha interesse de cultivos, sendo apenas uma atividade para complementar a renda dos moradores, ou mesmo garantir

foi estratégia para drenar o pântano mesmo, ai apareceu, magicamente, todo o pântano nas mãos da CR ALMEIDA e da JAT ENGENHARIA. Aquela tem um grande latifúndio, na região Amazônia, a justiça federal, eles registraram uma densidade de kms, uma área do tamanho da Bélgica e Holanda, um terreno que ela registrou e a justiça federal deu uma “canetada”, pois tinha aldeias indígenas dentro dessa área.

As tentativas de expropriação das terras comunais se dão desde o século XIX, por habitantes de todas as classes sociais. No entanto, durante o século XX esse processo ocorre com muita frequência, principalmente em função da recente valorização das áreas litorâneas. (Campos, 1991)

Segundo Campos (1991), a apropriação dessas áreas se dá desde os primeiros anos da proclamação da república, onde terras “devolutas” era entregues em troca de favores, ou mesmo por apropriação do estado ao implantar políticas de fomento à atividades produtivas.

Segundo o geógrafo ao contextualizar historicamente esse processo, durante a década de 1960 o IRASC possibilitou a concessão de milhares de lotes em todo o estado, concedendo seus títulos como se fossem terras devolutas durante 20 anos.

Conforme a entrevista 3, esse processo de expropriação é muito questionado, não somente pela questão dos escusos interesses, mas do ponto de vista jurídico. De acordo com a entrevistada, ao se referir a estudos efetuados pelos moradores

sua sobrevivência (Campos, 1991)

(que serão abordados mais a frente), foram incluídos também estudos sobre a legitimidade do título de terras que dispõem esses empresários:

Se questionava muito como aquelas terras, que eram terras comunais, pertencentes ao IRASC, o qual efetivou um projeto de plantio de arroz com algumas drenagens que prejudicaram o local, pois havia um córrego e eles simplesmente fizeram canais, modificaram e secaram as lagoas. Naquele local continha a lagoa das capivaras que eles acabaram secando com essas alterações. Então a gente questionou e pesquisou como que terrenos comunais, da noite para o dia, passaram para as mãos de proprietários, e destes para as mãos de grandes empreendimentos? Com essa pesquisa, descobrimos que havia um vácuo entre o IRASC e os grandes empreendimentos, faltavam dados para explicar o que realmente aconteceu e tinha uma coisa escamoteada no meio. Tanto que hoje tem um processo público mostrando que não é só aqui nessa área, mas em vários locais da ilha, questionando como procedeu a titulação dessas terras do IRASC para proprietários privados e grandes empreendedores.

Assim, através das entrevistas, pode ser notado nos depoimentos que a iniciativa da mobilização partiu como uma

maneira de reagir à pressão do capital imobiliário alinhado com poder público, sobre esse espaço comum. O primeiro entrevistado chama a atenção para o código florestal brasileiro, especificando por que se trata de uma área de preservação permanente, e colocando esse como princípio da mobilização pelo parque:

A planície sedimentar quaternária é uma relíquia da mata atlântica que ao longo de centenas de anos foi conformando um conjunto de ecossistemas muito extraordinário. Essa relíquia é uma situação sui generes que acontece muito raramente porque combina vários ecossistemas entre si. Esse lugar é uma APP dentro da legislação federal brasileira, no qual não se pode construir nada em cima. Então ela tem que ser integralmente protegida, e esse é o princípio básico que nos norteia. Isso que dá a sustentação a toda a tese do parque. Veja aqui nos confrontamos há vários anos atrás quando, de repente, apareceram várias grandes empresas interessadas em construir; apresentaram projetos, e não são quaisquer projetos, são mega projetos imobiliários para edificar em cima dessa área que é uma APP. Em contrapartida, a nossa reação foi propor que essa área - se vai ficar na discussão de APP nos corremos o risco de perder a jogada, - nós vamos propor que se construa um Parque Natural. A proposta da UC veio para reforçar a blindagem legal sobre essa APP. Não vimos outra saída a não ser

criar um parque natural. O parque tem limites precisos que serão demarcados e ali jamais poderá construir mais. Eu comecei na época esse movimento, em 2005, quando nos deparamos diante dessa ameaça concreta, desses projetos que eu me referi e isso tomou um curso. Reunimos um grupo que montou esse projeto e em torno de seis meses enviamos ao Ministério do Meio Ambiente em Brasília. Então, tudo começou em 2005, quando a gente lançou a ideia e logo em seguida a coisa se acoplou ao processo do plano diretor que volta na questão do zoneamento.

O espaço em questão é contemplado pela legislação ambiental, no entanto, o código florestal no contexto da ocupação da Ilha de Santa Catarina não tem um peso tão forte, já que os espaços considerados como APP foram muito utilizados na ocupação urbana.

Conforme depoimentos, a proposta surge para garantir a conservação da área pelo meio jurídico, reforçando a proteção legal. Diante da ameaça de grandes empreendimentos na planície o entrevistado une um grupo de moradores que também estavam preocupados com esta situação, para montar um projeto de criação de UC. O documento foi entregue em 2005 ao Ministério do Meio Ambiente, e a proposta foi colocada como diretriz no Plano Diretor.

O entrevistado 2 aponta como no plano diretor ficou claro que os organizadores do processo agiam articulados com as interesses dos empresários que pretendiam ocupar a planície.

[...] Então a gente foi nessa discussão, do plano diretor, e

vimos que esse plano diretor era um plano piloto (anteprojeto), e ia ser apresentado na comunidade, juntamente com representantes comunitários e empresários, a sociedade em geral. Então notamos que quem estava bancando esse plano piloto, esse suposto plano diretor eram empresários, os mesmo que desejavam lotear a planície alagada, a Cr Almeida e a JAT engenharia, duas mega empresas da construção civil, esta de Florianópolis e a outra de Curitiba. E ai depois agente até descobriu que eles estavam bancando o plano piloto, esse projeto nada mais era que um esquema deles, mas felizmente esse plano foi abortado e não vingou. No ano seguinte, 2004, já teve eleição, e as discussões congelaram no ano eleitoral, aí sim, foi criado o ministério das cidades que elegeram o plano diretor que era para ser instituído em 2006, e não foi, e começou a nova discussão do plano. A gente já tava escolado e já sabia do esquema, e notamos que nesse plano diretor os caras vieram “com a carga”, de novo, os grandes empresários. Começou inicialmente o plano diretor, o coordenador geral - indicado pela prefeitura, o presidente do IPUF - Ildo Rosa, delegado da Policia Federal, ficou até o segundo mandato do governo Dário. Já no primeiro plano diretor surgiu a ideia de mobilizar

a comunidade, e saiu o projeto da criação UC. No começo do segundo plano diretor, 2004, quer dizer, 2005, porque ele (o prefeito) foi eleito em final de 2004, surgiu a ideia de criação de um parque [...]

Segundo os depoimentos, esse processo do plano diretor foi organizado por uma OSCIP, que foi contratada para efetuar o plano diretor participativo nos moldes das políticas de planejamento desse momento, onde as demandas do movimento pela reforma urbana começam a ser incorporados pelas políticas públicas de planejamento urbano.

No entanto, conforme foi abordado, esses espaços por si só não garantem uma participação da comunidade, pois podem estar sujeitos a grandes interesses. Ao tratar das políticas de planejamento urbano, Macedo (2007) alerta que em muitos processos participativos pode haver uma confluência perversa entre diferentes projetos políticos, na medida em que os discursos homogenizam conceitos com significados e práticas muito diferentes. Para o autor, em sua pesquisa, uma maneira de escapar dessa “armadilha” seria necessário através de estudos quebrar a dicotomia entre estado e sociedade civil e usar como categoria de análise a noção de projetos políticos.

Ao citar Dagnino (2006) que propõe essa metodologia, Macedo (2007) coloca como necessário não somente polarizar as esferas da sociedade civil e poder público como uma disputa entre bem e mal, mas notar em seu discurso heterogeneidades que ocorrem em ambos discursos, e que podem ocorrer tanto por parte do primeiro quanto do segundo.

Dos conceitos que “confluem perversamente” um dos principais (e que é gerador de uma série de outros que estão imbricados) é o de “participação”. Para a autora o discurso sobre participação é

apropriado hoje tanto pelo projeto democrático-participativo, que considera a participação como o compartilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões do interesse público, relaciona-o ao exercício da cidadania e o associa à radicalização da democracia liberal representativa incorporando elementos de democracia participativa e deliberativa, como pelo projeto neoliberal, que se apropria destes mesmos conceitos e os re-interpreta, dando ênfase aos seus sentidos mais instrumentais: para compensar os “ajustes estruturais necessários” do Estado prevê a redução deste e a transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil e para o setor privado; a sociedade é chamada para participar nos “espaços públicos” - o espaço da filantropia, já que as decisões foram transferidas para os “técnicos”, em nome da “solidariedade” - uma solidariedade despida de qualquer significado político -, e da “cidadania” - conceito associado ao consumo e ao acesso às benesses do mercado. (Macedo, 2007, p. 295)

Assim, utilizando de conceitos, muitas vezes a participação da sociedade civil acaba sendo restringida ao papel do técnico, participando apenas para legitimar esse processo.

Na entrevista 3 pode ser visto esse processo de mascaramento, na medida em que a OSCIP não demonstra tanta

preocupação com o código florestal, numa tentativa de persuadir os moradores que é possível ocupar espaços da planície, tomando medidas paliativas:

Os próprios estudos deles mostravam que tinha uma importância ambiental muito grande, mas que se camuflava fazendo um permeio com a ocupação urbana tipo “ah, vamos deixar um corredor ecológico, faz uma lagoinha aqui e um lago ali pra jogar a água da chuva”. Desses estudos com as alternativas das empresas, a gente sabia que não eram viáveis. Então, discutimos com os moradores a proposta em transformar aquilo numa Área de Preservação, onde, tecnicamente ela já é, mas ainda não estava zoneada como tal. A partir disso, o grupo mais ativo de moradores da CPM, que entrou na discussão do plano diretor, fez a proposta e encaminhou ao MMA. Bom, a gente achava que o estado não tinha muito interesse, a prefeitura estava completamente ligada ao interesse privado. Como não acreditamos muito nesses caminhos, a gente achou que a instituição federal seria o mais viável. Por isso foi feita uma proposta de parque, uma Unidade de Conservação para impedir a ocupação imobiliária com grandes projetos.

Sobre essa luta, pode ser dividida em dois momentos, pautando-se nos momentos do plano diretor. Em um primeiro momento, conforme Nascimento (2003), desde 1999 ocorrem manifestações dos moradores visando um ordenamento territorial adequado, e repudiando as propostas que pretendiam alojar na planície cerca de 60.000 pessoas, pelos empresários da planície, que na época estavam legalmente atendidos e balizados pelo plano diretor dos balneários, lei n 2.801 de 1985, que conforme Campos (1991) declara as áreas de preservação permanente, pelo código florestal brasileiro (de 1965), como área de interesse turístico, entretanto deixa vago o significado desse zoneamento.

Assim, com as ameaças latentes, a comunidade se mobiliza em manifestações, conforme foi bastante falado neste trabalho. Esse primeiro momento conta com a participação da comunidade em uma proposta de plano diretor, no contexto da criação do estatuto das cidades, entretanto, conforme vimos nas entrevistas, tratou-se de um projeto que beneficiava os proprietários.

Pode-se perceber, nesse estudo de caso que esse processo, onde o Estado representa o interesse dos grandes empresários, e a participação dos moradores apenas para dar uma aparência de participativo, uma vez que as decisões foram planejadas para ser tomadas apenas pelo corpo técnico. A relação com a associação de comerciantes citadas no trabalho demonstra também esse caráter, estando alinhadas com o interesse da especulação imobiliária, como visto na entrevista 4:

Em 2003 a gente teve um balão de ensaio que foi feito um PD no distrito do Pântano do Sul que era pra mostrar como seria o PD para toda Ilha. Isso saiu em jornal dizendo que o balão de ensaio era uma proposta de primeiro PD que estava saindo aqui, feito de acordo com o estatuto das cidades, que é de 2000, se não me engano... Então foi contratado uma OSCIP chamado Instituto Ambiente Sul e

depois a gente ficou sabendo que a maioria dos participantes vinham de um núcleo ambiental da ACIF, então era uma coisa encomendada pelos empresários que possuíam terras na região da bacia do Pântano do Sul, que são três grandes empresários que detêm 80% da área toda. Após participar desse PD, que a gente não permitiu que ele fosse adiante, e levado à câmara de vereadores a gente acabou juntando um grupo de pessoas. Voltando um pouco a história, durante esse trabalho feito o IAS a gente resolveu criar uma Comissão de moradores a CPM , onde o nosso papel era fiscalizar os trabalhos do IAS e eles aceitaram, na verdade “caíram na nossa armadilha”. Dependendo do tamanho do bairro ele tinha um representante de uma associação , no caso do Pântano do Sul e da Armação tinha dois representantes cada um. E essa comissão era meio eclética, pois havia os favoráveis e outros não aos empreendimentos, mas a maioria desfavorável aos empreendimentos. Ai percebemos que não teria outra alternativa e preparamos uma proposta de criação de um parque que foi enviado ao MMA, com trabalhos que tinham sido elaborado pela Rosemy; outros trabalhos que a gente usou do próprio IAS, eles ficaram irados, mas a gente aproveitou porque eram estudos de domínio público, já que estava

dentro de um PD, sendo que este não entrou em funcionamento e ficou parado ali. Esse pessoal foi pago pelos empresários, mediante esse instituto.

Assim, a organização dos moradores na forma de comissão, legitimada pelo processo, foi muito importante, no sentido de colocar essa discussão como um espaço público de fato, e a partir dessa decisão, os moradores se organizaram, surgindo a ideia de lançar a proposta do parque, conforme a entrevistada 3:

[...] Ainda no governo Ângela Amim (1996-2004) houve, através do Instituto Ambiente Sul com a ACIF, alguns empresários com interesses na região, começaram a discutir a questão do plano diretor de forma fragmentada, por região, então começaram a discutir o Distrito do Pântano do Sul. Nós moradores entramos nessa discussão e percebemos que tinha um alinhamento de interesses privados muito forte. Nesse processo, o pessoal exigiu a criação da Comissão Permanente de Moradores (CPM) e ela começou a intervir no plano diretor, a participar do processo lá dentro do Instituto Ambiente Sul e das oficinas comunitárias. A partir dessas oficinas que a gente criou a comissão e começamos a nos dar conta dos interesses dos grandes proprietários de terra da região e o que eles pretendiam para o local. Eram grandes empreendimentos que duplicariam o índice

populacional num espaço de banhado que tem uma importância ambiental para a região em relação a questão enchentes, o que seria um grande prejuízo para a Armação em relação as águas que viriam para o rio Quincas Antonio, já que o terreno todo seria drenado para as construções.[...]

A respeito do debate acerca da participação, uma frase da entrevista 4 resume bem esse conflito de interesses, bem como a tentativa dos grandes empresários de se apropriar de um espaço público através de um projeto que deveria ser participativo, através de técnicos contratados para representar seus interesses:

Pode-se ver também nesse primeiro momento a primeira tentativa de Plano Diretor com viés participativo, embora como fosse visto, o processo estava articulado com as empresas incorporadoras, que pretendiam legitimar seu projeto como participativo, através da OSCIP que então, representava seus interesses enquanto coordenava o processo. [...]

A proposta do parque, como visto nos depoimentos, inicialmente parte de um pequeno grupo, que se compromete a convencer a comunidade de manter o caráter da região de distrito mais verde. Essa questão a respeito da qualidade de vida como luta ambiental é fundamental, visto que o meio ambiente também contempla as comunidades e sua relação com a natureza. Então no início desse processo, o primeiro desafio acabou sendo convencer os moradores não só dos problemas ambientais e na perda de qualidade de vida que representam, mas também de que é possível se contrapor a “projetos de fora”. Contrapondo

políticas de planejamento que nada tem de participativo. Neste contexto, o favorecimento à permeabilidade do plano diretor foram enfrentadas pelos moradores que buscam criar um espaço de decisão público de fato, ao se envolverem na elaboração do plano diretor organizado pela OSCIP como fiscalizadores a partir da comissão. O depoimento da entrevista 4 exemplifica:

O primeiro desafio foi convencer a comunidade; não é todo mundo da comunidade que é favorável até hoje, pois tem um grupo que é do “cimento” como se diz, que interessa para eles, então pensam de uma outra forma “ se tiver esses condomínios e loteamentos, o meu negócio vai prosperar. Eu vou ganhar mais porque vai ter um público maior” o que é um ledo engano, na verdade, esse público vai ter um restaurante, sei lá, filial de tal pessoa, pronto, termina por aí, porque o cara vai ficar só com a sobra, assim como os moradores que vão ser excluídos por uma questão de dinheiro. Tu não vai ter condições num lugar de alto luxo, assim como a maioria das pessoas não tem condições de morar em Jurerê. Então vão ser excluídos do processo. Mais cedo ou mais tarde, tu vendes o terreninho e vais embora. Então esse foi o grande desafio; os moradores, hoje, tem uma grande maioria que é favorável. Por exemplo, se tu pegar na beira da estrada aqui, quase todos são a favor, porque se abrir os condomínios, vai ter que

*duplicar a pista e vai ter que tirar
todo mundo da beira da estrada.*

Assim, os interesses dos moradores tem peso nessa questão, e essa visão a respeito da qualidade de vida não é compartilhada por todos. Esse exemplo usado ilustra a situação, onde é necessário alertar aos moradores sobre as consequências negativas desse projeto, afinal, nem tudo é um “mar de rosas”. Com os interesses dos setores empresariais e especulativos mais predatórios dentro do discurso técnico que organiza as políticas públicas de planejamento, ocorre um monopólio de discurso, prejudicando a comunidade local. O exemplo das estradas é pertinente, uma vez que com um grande aumento da população serão necessárias obras viárias, o que implicaria em uma desapropriação dos terrenos rentes a estrada, com indenizações injustas a moradores antigos. Dessa forma, é necessário articular as demandas com os interesses pessoais dos moradores, já que o objetivo é criar um espaço público de decisões de fato.

Na entrevista 1 o entrevistado complementa como esse trabalho de sensibilização da comunidade ocorreu, convencendo os moradores de que o projeto empresarial iria acarretar consequências negativas para seu modo de vida:

O segundo (desafio) foi convencer a comunidade da necessidade de criar um parque ali, porque quando as grandes empresas apresentaram o projeto à comunidade, isso dividiu a opinião pública, eram aqueles velhos apelos: criação de empregos, progresso, o fetiche de ter o que é difícil próximo, achando que ele vai conseguir algo melhor para a vida dele com essas histórias. Em contraponto dizíamos sobre os milhares de automóveis a mais, esgotos que não serão tratados, o

mau cheiro, muito mais pessoas na praia, além de bater firme na questão da legislação ambiental e defender aquela área da planície que não pode ser construído por ser uma APP.

Na entrevista 4 pode-se perceber a preocupação com a questão da qualidade de vida, ao manter um posição crítica a respeito da especulação imobiliária, e a importância da manutenção de um modo de vida mais tranquilo, como interesse direto dos moradores:

Se estiver preservando uma área verde como a quem tem aqui. No momento que tu cria áreas como Unidades de Conservação como se está propondo, a gente não deixa ampliar a questão do cimento, a gente freia a especulação, porque não tem mais espaço. Inevitavelmente os terrenos vão criar valor porque o lugar é melhor de se viver devido a qualidade ambiental. Por um lado, não tem porque você ter grandes rodovias, grandes estruturas, mas sim o tráfego de carros mais tranquilo para deixar a comunidade sossegada, porque isso dá a manutenção da qualidade de vida dos moradores, biodiversidade ao aumentar os corredores ecológicos porque haverá uma ligação entre eles. Veja só, as aves são os únicos animais que consegue ir da Lagoinha do Leste até a lagoa do Peri, porque os outros não conseguem fazer esse trajeto. Pois só atravessam em raros lugares. Seriam corredores ecológicos perfeitos para manter essa biodiversidade. O que é que tu vai buscar no sul da ilha? Vai atrás de natureza, então teria passeios como trilhas, turismo ambiental, é o que muda todo o enfoque da história para o sul da ilha, onde tem toda uma biodiversidade, a floresta esta preservada e a população estará voltada

para isso e, de repente, vai ter capacitações onde estarão envolvidos com esse tipo de coisa.

Mas então, que ameaças o projeto do poder público traria para a comunidade? Nos depoimentos, os moradores pontuam problemas que iriam afetá-los, nas questões a respeito da qualidade de vida, questão que dialoga constantemente com a manutenção da biodiversidade e dos ambientes naturais. O depoimento da entrevista 1 é esclarecedor:

Antevendo o futuro, olhando mais amplo para a ilha, veja só que o norte já está altamente adensado, já são verdadeiras cidades; se você olhar Canasvieiras, Ingleses, indo mais abaixo você vê a costa leste, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, aí chega ao núcleo do Campeche, já na região sul da cidade, e você observa que os dois distritos no extremo sul são os que ainda estão menos adensados de população e com vegetação preservada, justamente o conflito que se trava hoje, de um lado nós querendo preservar essa área e do outro a especulação imobiliária dizendo que é a bola da vez, porque ainda na visão especulativa tem oportunidades de crescimento da região sul e nós queremos estancar e impedir que vire outro Ingleses. Então, essa é a questão para a qualidade de vida, sendo a criação inquestionável para a qualidade de vida lá.

Nos outros depoimentos a comparação com o modelo de adensamento efetuado na região do norte da Ilha é recorrente, já que este apresenta evidentes problemas ambientais. É interessante ressaltar que essas áreas, conforme Campos (1991), também sofreram expropriações de suas áreas comunais, situações em que o geógrafo faz uma interessante análise. Como nesse caso, a intenção do uso dessas terras expropriadas esta ligado ao capital imobiliário, atraído pela valorização desses espaços.

Questionado sobre a importância da criação do parque para a qualidade de vida dos moradores e da manutenção de ambientes naturais, o entrevistado 4 fala sobre o caráter de distrito verde almejado pelos moradores, como uma maneira de manter o modo de vida da comunidade e uma economia local:

A importância da UC é fundamental, ela muda tudo, cria o que a gente chama de distrito verde, onde o turismo será diferenciado do que existe em outros lugares da ilha, pois será voltado à questão ambiental. Lá há grandes hotéis, resorts, aqui a gente propõe que sejam as pousadas de médio porte, geralmente ligados as famílias da região que também transformam as próprias casas em pousadas, então o turismo fica voltado à comunidade local.

O interesse desse caráter pode ser visto também no depoimento da entrevistada 3, a respeito dos benefícios do parque para a comunidade, que converge à esse planejamento de distrito verde:

Ali teria uma alternativa de turismo sustentável, um parque que

não vai ter ocupação humana, pois preferiu deixar as pessoas que já moram ali fora do parque, para não ter problemas, mas um parque que teria uma área não apenas de contemplação, mas de pesquisa, estudo, visitação, que pudesse gerar trabalho e renda para o morador local. Tem áreas que não são dentro do banhado que a gente colocou como áreas de serviço à comunidade, porque não há estacionamento, não tem área institucional, então a proposta seria agregar os interesses comunitários com a preservação ambiental. Isso é um ganho incomensurável que não tem aqui na ilha, seria uma das primeiras áreas com esses benefícios.

No entanto, os órgãos públicos não compartilham dessa visão, conforme visto, já que se articulam com as demandas do capital imobiliário, que vislumbram uma cidade fetiche de grandes obras, mas com acesso restrito. Nas entrevistas os moradores falam sobre os projetos com grande receio, já que estes visam descaracterizar seu modo de vida. Conforme a entrevista 3:

Depois os projetos mudaram um pouco, mas os originais eram grandes condomínios e um Eco resort com campo de golfe, e como dizia a proprietária da Jat Engenharia: “de 18 buracos, porque de 14 já havia no norte da ilha e aqui deveria ter mais”. Ao ouvir isso tu te apavoras e tem que

sair correndo atrás de uma alternativa para impedir esse negócio.

E na entrevista 4:

Primeiro no ano de 1996, um dos empresários da JAT engenharia queria fazer prédios com 12 andares. Depois havia uma proposta um pouco menor, que tinha os árabes na época do IAS que desistiram daqui porque era problema e acabaram indo para Santo Amaro. Mas os Árabes queriam fazer um canal e onde era a antiga Lagoa das Capivaras seria uma lagoa para entrar com os iates e ao redor teriam moradias de alto padrão. Então, depois teve outras propostas vinda deles assim, que pela JAT engenharia era um campo de golfe com condomínio, onde existe a floresta ombrófila úmida, e do lado de cá, onde tem a CR Almeida que a Fio Masterbrás, um braço da CR Almeida, ali todos os anos acontecem incêndios, pois o pessoal coloca fogo para não crescer a vegetação e ficar só em pasto.[...]

Dessa proposta feita pelo IAS, tinha uma via panorâmica, cortava o morro em dois, saindo aqui Armação, próximo ao mercado Hiperbom, passando a ponte, saía uma via panorâmica cortando o morro e dividindo em quatro pistas

que desembocaria dentro dos loteamentos da planície. Passando a EBM Dilma Lúcia dos Santos, um morro direito da pista até o morro do Matadeiro teriam teleféricos, então eram coisas bizarras que a gente conseguiu frear. Pra ter uma ideia sobre as audiências, a primeira foi em 2003 e em abril de 2004 eles já queriam levar para a câmara. Em 2003 eles fizeram uma audiência pública na ABECELESC, na Armação, com todos os caras da ACIF, os empresários, era uma coisa muito louca. Depois teve mais audiências, mas não chegou a fazer nenhuma final, porque a gente jogou areia na história deles.

Segundo Medeiros (2007), uma unidade de conservação não ocorre sem afetar interesses. Assim, nesse projeto, os moradores fizeram muitos estudos, para não incluir moradores em seus limites, que iriam ser tão afetados quanto os demais moradores. Dessa maneira, a proposta de unidade de conservação não desapropriaria a comunidade do local, mas se uniria a esses moradores, conforme o depoimento 4:

A primeira coisa a se pensar foi o local de forma que não deixasse nenhum morador dentro da área. Então a gente centrou fogo nos 80% da área que eram dos três grandes empresários que queriam fazer condomínios. [...]

A questão da UC foi escolher uma área onde não havia moradores dentro, porque o grande problema

atual, principalmente dos parques, são os que tem moradores dentro. Isso complica porque o primeiro adversário a proposta será o próprio morador; se tu não pensar nele como parte da história não tem como fazer. No caso, a gente estabeleceu que essa UC tivesse um entorno, uma orla, onde os moradores do entorno não entraria, mas sim a área interna, aproximadamente 300 hectares, seria toda ela voltada pra UC, então foi o respeito a esses moradores do entorno que a gente deixou toda essa área para a comunidade. Na verdade a gente só pega a área onde estão os três grandes empresários.

Esse ponto de vista é muito interessante, e demonstra como uma proposta de caráter comunitário se mostra mais sensível a essa questão do que as propostas de criação estabelecidas em outros tempos. Por um lado, os próprios conflitos geraram discussões para que atualmente, não se repitam esses casos. Isso demonstra como a discussão a respeito de unidades de conservação e comunidades tem uma respostas nas práticas atuais de implementação dessas áreas, e partindo de uma demanda comunitária, essa proposta não poderia desconsiderar essas questões.

Conforme o entrevistado¹ há uma preocupação dessa área ter acesso público, no caso da criação do parque:

A outra questão importante a essa ideia do parque é que ela seja aberta à visitação, obviamente sujeita a um manejo adequado,

então você pode levar alunos, pesquisadores, inclusive turistas, como hoje é feito na Lagoinha do Leste, um pouco na lagoa do Peri, porém não há um plano de manejo nesses espaços, mas isso é uma questão que vamos exigir por parte da prefeitura, depois de criada a UC, que ela seja realmente implantada, pois não é muito difícil de fazer, basta vontade política. Se a administração quer fazer algo organizado com recepção, trilhas demarcadas, explicações, condutores para acompanhar os visitantes, isso é fácil fazer, basta querer e não é tão caro assim.

Para concluir, desde 1996, a comunidade tem sofrido muitas tentativas por parte de grandes empresários de construção e vem se unido para evitar a expropriação das terras comunais de seu distrito. Veem na territorialização das políticas ambientais, na forma de uma unidade de conservação da natureza, a alternativa para a manutenção de sua qualidade de vida.

No trabalho de Nascimento (2003), é registrada a mobilização da comunidade pela qualidade de vida durante sua participação no plano diretor, em 2003. Segunda a entrevistada 3, neste ano o processo do plano diretor acaba sendo congelado, pelos seguintes motivos:

Diante do 'embarrigamento' (no sentido de empurrar com a barriga) que foi feito com essa proposta de discussão do Plano Diretor, quando eles perceberam

que a comunidade estava articulada - desde 2003 até a discussão atual no PD, depois no governo do Dario Berger a gente manteve a Comissão Permanente de Moradores se reunindo para discutir como fazer para impedir a ocupação daquele espaço.

Pode ser notado então que o interesss dos empresários provavelmente era de chamar os moradores para a discussão do plano diretor, e serem respaldados, para que seus projetos tivessem caráter participativo. Deve-se levar em conta então o contexto, onde as políticas de planejamento haviam sido reformadas em esfera nacional, e por algum motivo os moradores do Pântano do Sul, no sul da Ilha de santa Catarina, foram envolvidos nesse “balão de ensaio”.

Em última análise, considera-se o momento em que a comunidade apresenta o projeto ao governo federal, que segue com as discussões do plano diretor, aberto em 2006 no governo do prefeito Dário Berger, onde a comunidade encaminha como diretriz básica o estabelecimento dessa UC. Conforme a entrevista 1:

Isso é outro desafio, aí vem mais um, a imbricação que tem a criação do parque no plano diretor e isso foi um momento oportuno, pois quando discutíamos o plano diretor, conseguimos aprovar no ambiente da audiência pública distrital, a criação desse parque. O que consolidou uma deliberação e também essa vontade da maioria, hoje, em prol do parque. Isso nos ajudou muito nesse movimento, porque, se não houvesse essa deliberação possivelmente isso

ficaria numa dubiedade, esses dois polos antagônicos, uns querendo construir, nós defendendo a criação do parque, assim não teria uma solução como ela se apresenta hoje.

Então de acordo com o depoimento, nesse espaço essa demanda foi legitimada, sendo decidido pela maioria, mas não por todos, conforme o depoimento 3. Neste depoimento a entrevistada relata o encaminhamento que as diretrizes teriam no plano diretor municipal, quando todas foram colhidas, porém foi contratada uma empresa que negligenciou muitas demandas, e a comunidade da ilha rechaçou o plano em um episódio já referido neste trabalho como “o levante do TAC”:

Nesse período tivemos um embate muito grande com os cabos eleitorais e com as forças financiadas por esses três grandes empreendedores. No decorrer pensamos que a alternativa era pegar essa proposta e apresentar dentro do plano diretor e incluir no zoneamento essa área como Unidade de Conservação. Mas aí o embate foi grande, foi difícil, pois tivemos uma luta de vários anos. Sobre o plano diretor, chegamos a aprovação em audiência pública das diretrizes distritais que caminhou para o zoneamento na proposta dos nossos mapas, colocando essa área como UC. Na hora da compilação a prefeitura apenas colocou o que era consenso e tirou os conflitos, portanto não botou essa área no mapeamento, ela só elencou as

diretrizes, mas nem chegou a fazer um mapeamento e tal. Então entrou nesse conflito, em que a prefeitura embarrigou o plano diretor, sendo que a gente tava discutindo desde 2005. Hoje, esse prefeito, César Souza Jr, entrou prometendo tudo, mas não estou vendo nenhum movimento do Plano Diretor andar, e esse processo continua embarrigado.

Nesse segundo momento, os estudos enviados pelos moradores ao MMA, e a diretriz da UC aprovada aponta para uma perspectiva mais otimista dos moradores envolvidos. Se por um lado o plano diretor, conforme o depoimento segue obscuro até o presente momento, os estudos efetuados pelo IBAMA dão suporte para a comunidade contestar os licenciamentos da área, o que conseguiu evitar até o momento o estabelecimento dos empreendimentos na planície, conforme o depoimento 3:

Nós, aqui da região, encaminhamos todos esses estudos e o pedido de proposta ao MMA, este encaminhou para avaliação técnica e o antigo IBAMA (atual ICMBIO) veio fazer um estudo. Na época o IBAMA propôs emendar, ou seja, fazer um mosaico de parques com uma parte do Sertão do Peri e outra de Naufragados, mas esta proposta não viabilizou e mantivemos a original. Eles vieram para fazer uma avaliação técnica e elaboraram um documento muito importante; esse laudo do IBAMA serviu, inclusive

para que na segunda etapa, nos processos posteriores a gente fizesse uma fundamentação para impedir a aprovação das licenças ambientais para viabilizar os empreendimentos.

No depoimento 4, o entrevistado pontua algumas questões relativas a tramites na esfera federal, no processo encaminhado ao MMA, bem como no plano diretor do CEPA, onde foi acionado também o Ministério Público:

Então isso foi mais um desafio e , de repente o seguinte, nós tivemos uma força contrária de uma senadora que representa o SINDUSCON nacional, ou seja, ela o intermêdia entre o empresários e o governo, que na época ela colocou o nosso projeto na gaveta. Até aí tudo bem, mas depois quando o MMA enviou a proposta ao ICMBIO, caiu na mão de umas figuras daqui que fizeram um laudo alegando que não era necessária outra reserva aqui. Automaticamente ela saiu do macrozoneamento do PD e ela entra já com a proposta do Centro de Estudos e Projetos do Ambiente (CEPA) como uma área urbana consorciada. A gente aumenta a ofensiva e vamos ao Ministério Público, então começamos a trabalhar a questão das terras comunais e a gente consegue que o IBAMA, junto ao ICMBIO, reverta essa situação e crie um laudo favorável. Nesse meio tempo a

gente teve uma audiência aqui com CR Almeida, o loteamento se chama águas de Franca, e teve uma pessoa que se manifestou favorável, todas as 40 pessoas inscritas para falar na audiência, 39 se manifestaram contra. Foi um dia de chuva torrencial, mas tinha 160 pessoas no salão paroquial do Pântano e havia pessoas que foram pagas para participar. Inclusive o Gert foi ameaçado, foram para a FATMA, e não foi aprovado o EIA-RIMA, eles voltaram o ano passado e de novo, as propostas foram rejeitadas, graças ao material do IBAMA que chegou até a câmara técnica da FLORAM que acabou enviando a FATMA e ela teve que rejeitar.

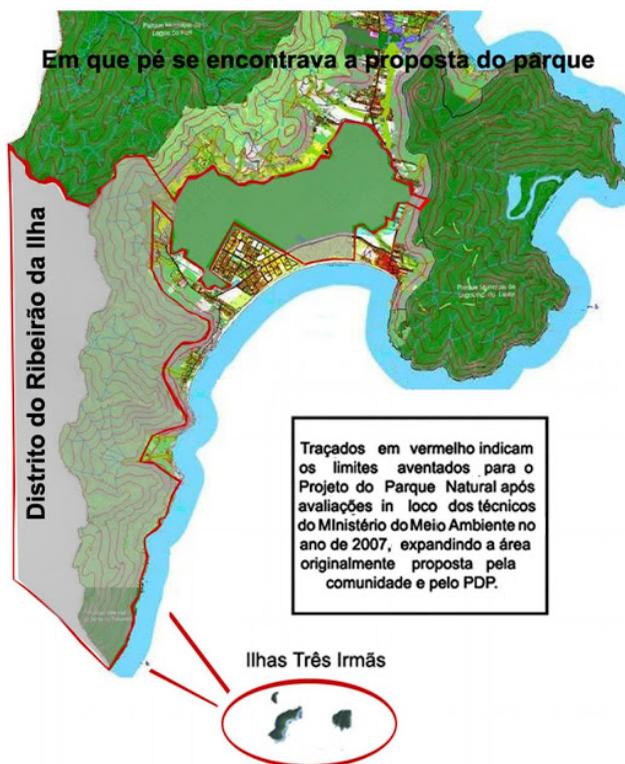
Assim, tanto através do documento, que aproximou a comunidade dos órgãos ambientais federais, quanto pelo pedido no ministério público, as comunidades logram este laudo que impede os empreendimentos.

Em relação à proposta ao MMA, como visto nos depoimentos já citados, nas primeiras visitas o órgão propõe uma extensão das áreas a serem protegidas, conforme a figura 12 pela natureza das unidades de conservação federais, de maior extensão. No depoimento 4 essa situação é confirmada:

Depois tivemos 3 ou 4 visitas do pessoal do ministério; eles vieram e ainda nos deram ideias para ampliar ela, por exemplo pegar a área de duna que é uma APP e colocar dentro da Unidade de

Conservação e espichar ela pelos morros e pegar todas as APP até Naufragados.

Figura 12: Esboço do zoneamento proposto pelo MMA, quando se pretendia estabelecer uma UC federal, visando uma área maior:



Fonte: Disponível em parquenaturaldopantanodosul.blogspot.com/, acessado em 23-06-2013

No entanto, de acordo com o depoimento 1:

Porém, tivemos percalços no andamento desse projeto. O MMA, em 2009, nos informou que não havia mais interesse em criar ali essa UC. Que ele apoiaria a iniciativa, mas remetia isso ao estado ou município. Ficamos muito decepcionados com a história, pois imaginávamos que, justo do governo federal, teríamos uma boa acolhida.

Apesar de não ter sido aprovado a proposta no âmbito federal, os moradores permaneceram mobilizados, como foi visto nos depoimentos. A estratégia continua via plano diretor, que retoma seus trabalhos durante o mandato do prefeito Dario Berguer, embora sem um interesse da administração municipal em concluí-lo. No ano passado, em uma resposta ao encaminhamento da proposta do parque da FATMA, a câmara técnica da FLORAM emite então o parecer favorável, o que reaquece a discussão a respeito da implantação da UC. Depois de sete anos, o município finalmente apoia o seu estabelecimento, pelo relatório da câmara técnica da FLORAM.

Por conta desse fato há um otimismo em seus depoimentos, como na entrevista 1:

A situação hoje é muito favorável à criação do parque, porque a prefeitura assumiu a proposta

dizendo que está interessada em fazer a análise técnica para a criação. Isso nos deixa contentes porque ao contrário de uma expectativa que tínhamos na gestão anterior, de que não havia interesse por parte da prefeitura, em razão dos últimos meses essa coisa evoluiu positiva, pois há uma posicionamento favorável da FLORAM para o parque, e no âmbito do Plano Diretor que temos varias deliberações da comunidade, o nosso macrozoneamento que já incorpora aquela área como futura área de conservação. As perspectivas atuais são positivas

Apesar da paralisação das atividades do plano diretor, a comunidade continua organizada, sempre pressionando o núcleo gestor para a criação do parque na planície. Então em 2012, recebe o parecer favorável da FLORAM, em resposta à FATMA, para a criação do parque. Cabe ressaltar que esses documentos não foram disponibilizados para uma análise pessoal, mas por análise indireta, o que compromete as conclusões, que foram baseadas nos depoimentos dos entrevistados.

Continuam as manifestações públicas, que incluem proposta de mobilização artística, conforme citado acima, ao tratar da participação do núcleo distrital. Essa manifestação é uma maneira da comunidade pressionar os órgãos públicos para a criação da UC, para legitimar todos esses anos de luta. As entrevistas completas estão em anexo neste trabalho.

5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão final deste trabalho é de que a proposta vinda da comunidade é muito interessante, já que no contexto onde as terras de uso comum são visadas pela especulação imobiliária, a implantação do parque surge como uma solução. Por mais que em termos de legislação, uma terra de uso comum e uma unidade de conservação sejam muito diferentes, tem em comum a questão do uso público, ainda que mais restrito, que acaba se tornando uma maneira de evitar a apropriação para uso imobiliário.

No trabalho de Campos (1991), o geógrafo cita uma situação em que ocorre o inverso, no caso da restinga da praia do Moçambique. Área de terra uso comum dos moradores, ou “lougradouro público”, foi apropriado pelo estado para o estabelecimento de um parque florestal, que mais tarde iria ser modificado para unidade de conservação da natureza. Como foi visto, esse processo ocorre em um contexto onde essas unidades de conservação são implantadas de maneira centralizada no papel do técnico, imune a qualquer forma de permeabilidade em relação à participação popular.

Uma primeira consideração deve ser feita em relação à expropriação das áreas comunais no litoral catarinense, e que ocorreu na área em questão. Na medida em que o modo de produção capitalista se torna mais expressivo, principalmente no contexto da urbanização da ilha, quando as atividades agrícolas entram em decadência, e esses territórios deixam de ser áreas pouco visadas para a produção, para serem espaços valorizados para a especulação. O capital imobiliário em sintonia com os

interesses do estado se apropria deles, através de concessões onde muitas vezes o estado os considera como terras devolutas. Esse cenário acaba promovendo uma expansão urbana de maneira desarticulada e caótica.

A UC cujos moradores tentam estabelecer através de documentos técnicos e muitas manifestações populares corre o risco de ser mais um parque de papel, na medida em que a ilha detém grande parte de seu território como áreas naturais protegidas, sendo áreas tombadas, áreas de proteção permanente (APP) ou mesmo UC, municipais, estaduais e federais, mas que poucas destas áreas conseguem ter as políticas ambientais implantadas, por falta de articulação com outros órgãos, falta de verba ou de pessoal, etc.

As políticas municipais de desenvolvimento priorizam, apenas o turismo, mas não as áreas naturais, que são o maior atrativo deste setor. Antes do turismo, os serviços ambientais destes espaços, bem como a manutenção da biodiversidade, que se torna mais frágil neste caso por ser insular, são ameaçados por interesses de poucas pessoas, mas que têm um forte poder econômico, elementos estes que as comunidades dão importância e evidenciam em sua luta.

Cabe lembrar que nem todos são favoráveis à implantação da UC, como foi visto nos depoimentos dos informantes entrevistados. Se mobilizaram os moradores mais sensíveis as questões ambientais, e que acreditam serem capazes de frear as forças da especulação imobiliária, evitando um modelo parecido com o que se estabeleceu no processo de adensamento nas localidades do norte da ilha.

Do grupo favorável aos empreendimentos da planície compreende os moradores que tem interesse no desenvolvimento da área como condomínios, que acreditam na possibilidade de empregos, e de ofertas de serviços, bem como aqueles que trabalham para os empresários, e representam seus interesses. Há também os que acreditam “ser inevitável o progresso”, e que não encampam outro modelo de adensamento urbano dentro de suas concepções.

Os que se interessam pela UC acreditam no modelo do distrito verde, onde há espaço para o turismo, recebendo turista nas trilhas, caracterizando essa atividade como um contato com a natureza e como uma forma de sensibilização ambiental, dessa forma o parque como uma grande área pública, disponibiliza trilhas para visitantes, oferecendo contato com uma formação de vegetação muito rara, para quem se interessa por esse tipo de atividade. Assim, o turismo é desenvolvido, sem degradar ambientes naturais, sem infringir a legislação ambiental, e nem desrespeitar a qualidade de vida da população local.

A demanda da comunidade é legitimada pelo código florestal, que classifica o espaço como área de preservação permanente, e a proposta do parque surge então como uma garantia de que essa legislação não seja infringida, oferecendo à comunidade uma área pública onde suas atividades turísticas podem oferecer emprego aos moradores, bem como um espaço público.

Em abril de 2011 a comunidade recebe os primeiros frutos palpáveis de sua luta, ao receber uma posição favorável para a criação da UC, em um relatório expedido pela câmara técnica da Fundação do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM). Até então, a área já havia sido caracterizada como APP, nas esferas estadual e federal, e municipal, consolidando-a como área imprópria para construção em todas as esferas, uma conquista das insistentes lutas da comunidade através de manifestações, documentos técnicos e pedidos no Ministério Público Federal. Pode-se dizer que esse zoneamento efetuado pelos órgãos ambientais se deve em grande parte ao primeiro documento encaminhado ao MMA, em 2005, demandando a criação do parque.

Assim, por mais que este não tenha sido criado, as mobilizações para viabilizá-lo foram válidas, pois contribuíram para que a legislação ambiental ainda seja mantida, e que o distrito não fosse categorizado como um balneário turístico nos moldes de um modelo de segregação do espaço.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Rodrigo L. S. (2012). **Catálogo da arte rupestre de Santa Catarina**. Disponível em: www.scribd.com/rodrigo_simas_aguiar.

_____. Proposições para uma interpretação da arte rupestre na Ilha de Santa Catarina e adjacências. **Revista Clio de Arqueologia**, nº 24/2, 2009.

AMORIN, R.R. Um novo olhar na geografia para os conceitos e aplicações de geossistemas, sistemas antrópicos e sistemas ambientais. **Revista Caminhos de Geografia. Uberlandia**, v. 13, n. 41 2012.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

BISHEIMER, M.V., SANTOS, C. & CARLSON, V.E. **A Mata Atlântica na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Lagoa, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos Municípios e Cidadãos. 2. ed. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2005.

BRASIL. Lei 10.257-2001, **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

BRASIL, Cristina. **A gestão ecoturística na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé – Florianópolis –SC, uma proposta de usos sustentável da área**. Florianópolis: 2002. 108

p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CAMPOS, N. J. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1991.

CARUSO JR., F. **Mapa geológico da Ilha de Santa Catarina – Escala 1:100.000**. Texto explicativo e mapa. Notas Técnicas, 6:1-28. 1993.

CARUSO, M. M. L. **O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 até os dias atuais**. Florianópolis: UFSC, 1983.

CASTRO JÚNIOR, E. *et al.* Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, Maria C. N. **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, pp. 25 a 65.

CYMBALISTA, R. A Trajetória recente do planejamento territorial do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.29-45, jul./dez. 2006

CLARAMUNT, M.C. **Configuração urbana e identidade espacial: estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado, UFSC. Florianópolis, 2006.

DAGNINO, E. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: Dagnino, E., Olivera, A. e Panfichi **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas, SP: Unicamp e Paz e Terra, 2006.

DEBETIR, E. **Gestão de unidades de conservação sob influencia de áreas urbanas: diagnóstico e estratégias de gestão na Ilha de Santa Catarina-Brasil**. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

DOUROJEANNI, M. J. Conflitos sócio-ambientales em unidades de conservacion de América Latina. In MILANO, M. S.;THEULEN, V. (orgs.). II Congresso Brasileiro de Unidades de conservação, **Anais**, V.I, Conferencias e palestras, Campo Grande, 2000.

DIEGUES, A.C.S.**O mito moderno da natureza intocada**. 3º Ed. São Paulo: NUPAUB, USP. 2001.

DUARTE,G.M. Distribuição e localização de sítios arqueológicos tipo sambaqui na Ilha de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia**, museu de antropologia da UFSC Florianópolis: 1971.

FAISSOL, S. A geografia quantitativa no Brasil: como foi e o que foi? **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, out-dez, 51 (4): 1989

FARIA, H. H., Atualidades na gestão de Unidades de Conservação. In: ORTH, D. e DEBETIR, E.(orgs). **Unidades de conservação: gestão e conflitos**. Florianópolis: Editora Insular, 2007

FELDMANN,S. Urbanismo e planejamento urbano no brasil nos anos de 60, 70 e 80: permanências, inflexões e rupturas . **Seminário** 230 anos de Campinas.disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/eventos-e-informacoes/seminario230/2seminario_primeira.php, acessado em 20-05- 2013.Campinas, 2003.

FERRETTI, O. E., BELTRAME, A. V. Análise da gestão de Manejo das Unidades de Conservação (UC) e de outras áreas protegidas e a criação da reserva da biosfera em ambiente urbano (RBAU) na Ilha de Santa Catarina. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, ENG, Porto Alegre, 2010.

FLORIANÓPOLIS. Relatório Técnico: Situação de implantação e gestão das Unidades e Conservação no Município de Florianópolis. Departamento de Unidades de Conservação, FLORAM, 2012...

FOSSARI,T.D. **A População pré- colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina.**(p. 81 a 89). Tese (Doutorado). Departamento de pós graduação em geografia, UFSC. Florianópolis, 2004.

FURLAN, A.F.,COSTA NETO, J.B. & BARGUIL,S. Proteção das florestas e outros conjuntos vegetacionais, criação e implementação de espaços naturais protegidos no Brasil. **América Latina: Sociedade e Meio Ambiente**, Editora Expressão Popular,São Paulo, 2010.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e coletivas. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George.(org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.**Ed. Atlas, são Paulo, 2007.

GOULART, J. O estatuto da cidade e plano diretor participativo: instituições contam e a política faz diferença. **Cadernos IPPUR,UFRJ**, Ano XXII, No 1, p. 99-120. Rio de Janeiro, 2008.

HERRMANN, Maria Lucia de Paula. **Problemas geoambientais da faixa central do litoral catarinense.** São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1998.

LOPES, V.S. **O plano diretor do município de Viçosa- MG e a política de ordenamento territorial: avanços e limitações nas localidades de João Braz, Liberdade e Silvestre (2000 a 2010).** Monografia (Geografia), Universidade Federal de Viçosa, 2011.

MACEDO, H. S. **Processos participativos na gestão de Unidades de Conservação**. Florianópolis: UFSC, 2007.

MARICATO, Ermínia. Qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro**, Ano XI, nº 1 e 2, Jan-Dez, 1997.

_____. Nunca fomos tão participativos. **Carta Maior**, 17 de julho de 2007.

_____. A cidade sustentável. **Anais do 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros- CONSENGE**. Porto velho, 2011.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Editora contexto, 2007.

_____. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Editora da FURB 1998.

MEDEIROS, J D. **Criação de unidades de conservação no Brasil**. In: ORTH, D. e DEBETIR, E.(orgs.).Unidades de conservação: gestão e conflitos. Florianópolis: Editora Insular 2007

MENDONÇA, F.A. **Geografia e meio ambiente**. 8º ed. São Paulo: editora Contexto 2008.

_____. Geografia socioambiental. **Revista Terra Livre**, AGB, nº 16, São Paulo, 2001, p. 113 a 132.

MEURER,F.,VIEIRA G.F. Plano diretor para municípios de pequeno porte: a experiência do plano diretor regional participativo da AMAVI. In: **Anais do Seminário Política e Planejamento, PPLA 2010**, Curitiba, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

NASCIMENTO, R.S. **Instrumentos para a prática de educação ambiental formal com foco nos recursos hídricos**. Tese de pós-Graduação (Geografia). Florianópolis: UFSC, 2003.

PELUSO JUNIOR, V.A. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. 1. ed.. Florianópolis: Ed. Da UFSC: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991. 400p.

PEREIRA, E.M. & SANTOS, S.S. A prática participativa no planejamento urbano: o poder público dá as cartas? **Cadernos IPPUR**, UFRJ, v.2, No 2, p. 115-130. Rio de Janeiro, 2008

PEREIRA, E.M. A cidade das incertezas. **Geosul**, Florianópolis, v. 25, n. 49, p 103-121, jan./jun. 2010

PORTO-GONÇALVES, C. W. A. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006, 462 p.

QUINTÃO, A. T. B. Evolução do conceito de parques nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**, n. 54, p. 13-28, 1983

RICKEN, C., ROSA, R.C. MENEGHINI, J.W., CAMPOS, J.B. ZOCCHÉ, J.J. **A dinâmica da paisagem e o povoamento pré-histórico no sul de Santa Catarina**. **Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, nº 11, Criciúma, 2013.

RICHETTI, P.C. Relatório de campo- geologia da Ilha de Santa Catarina. **Revista Expressões Geográficas**, nº 08, ano VIII, p. 187 - 202. UFSC. Florianópolis, 2012.

ROCHA, C.A.A.L. **Avaliação da ocupação urbana da bacia hidrográfica do Pântano do Sul, na Ilha de Santa Catarina usando técnicas de geoprocessamento**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado), p. 1-76. UFSC, Florianópolis, 2003.

SCHINKE, G. **Ecoplamento: teoria que explica o processo de assimilação do colapso ecológico por parte do sistema global**. Editora insular, Florianópolis, 2013.

SOUZA, M.L. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista Território**, ano V, na 8, pp. 67-100, jan-jun., Rio de Janeiro, 2006.

STEPHAN, Ítalo I. C. **A aplicação dos planos diretores e leis de controle do uso e ocupação do solo em cidades de médio porte demográfico, em Minas Gerais, no período 1988-1998**. São Paulo: USP, 2000. Tese (Doutorado) Programa de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2000.

TOMAZZOLI, E. R. Rochas Ácidas do Enxame de Diques Florianópolis, Província magmática Paraná. In: 45 **Congresso Brasileiro de Geologia**, Belém, PA. Anais v. CD. 2010.

VIEIRA, P.F. **Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento**. In: Vieira, P.F.; Berkes, F. e Seixas, C (org). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Florianópolis: APED, 2005.

7. ANEXO:

ENTREVISTA COM MORADORES

Foram aplicadas a quatro moradores do distrito que participaram do processo de mobilização pela criação do parque, sobre como foi a proposta, e visando levantamento de dados para atender aos objetivos propostos.

ENTREVISTA 1:

-O que motivou a comunidade do Pântano do Sul a se mobilizar pela criação do parque?

A planície sedimentar quaternária é uma relíquia da mata atlântica que ao longo de centenas de anos foi conformando um conjunto de ecossistemas muito extraordinário. Essa relíquia é uma situação *sui generes* que acontece muito raramente porque combina vários ecossistemas entre si. Esse lugar é uma APP dentro da legislação federal brasileira, no qual não se pode construir nada em cima. Então ela tem que ser integralmente protegida, e esse é o princípio básico que nos norteia. Isso que dá a sustentação a toda a tese do parque. Veja aqui nos confrontamos há vários anos atrás quando, de repente, apareceram várias grandes empresas interessadas em construir; apresentaram projetos, e não são quaisquer projetos, são mega projetos imobiliários para edificar em cima dessa área que é uma APP. Em contrapartida, a nossa reação foi propor que essa área - se vai ficar na discussão de APP nos corremos o risco de perder a jogada, - nós

vamos propor que se construa um Parque Natural. A proposta da UC veio para reforçar a blindagem legal sobre essa APP. Não vimos outra saída a não ser criar um parque natural. O parque tem limites precisos que serão demarcados e ali jamais poderá construir mais. Eu comecei na época esse movimento, em 2005, quando nos deparamos diante dessa ameaça concreta, desses projetos que eu me referi e isso tomou um curso. Reunimos um grupo que montou esse projeto e em torno de seis meses enviamos ao Ministério do Meio Ambiente em Brasília. Então, tudo começou em 2005, quando a gente lançou a ideia e logo em seguida a coisa se acoplou ao processo do plano diretor que volta na questão do zoneamento.

-Quais foram as medidas tomadas para o processo de criação da unidade de conservação da natureza?

Então, no processo de criação ele exige você apresentar um projeto mínimo. Não precisa necessariamente ser muito minucioso, mas pasmem, o nosso projeto foi altamente minucioso, aliás, tido como um dos melhores que chegou ao MMA, com mapas, pesquisa geológica, hidrológica, enfim, uma série de mapas e dados sobre a avifauna, espécies vegetais, todos os tipos de coisas que existem naquela área que é uma preciosidade. O modelo foi como um livro na montagem desse projeto de criação do parque. Porém, tivemos percalços no andamento desse projeto. O MMA, em 2009, nos informou que não havia mais interesse em criar ali essa UC. Que ele apoiaria a iniciativa, mas remetia isso ao estado ou município. Ficamos muito decepcionados com a história, pois imaginávamos que, justo do governo federal, teríamos uma boa acolhida.

Então começamos de novo e tivemos que rever nossa estratégia, os percalços e decidimos já em toda a discussão do plano diretor - um povo que está envolvido com o ND pântano do sul - a gente decidiu apresentar a proposta na

esfera municipal, seguindo a lógica que necessita ter o zoneamento específico para aquela área, além do fato de existir naquela área dois parques municipais próximos. Não haveria nem o porquê, digamos deixar ter uma acolhida por parte do município. Inclusive, nos aventamos à hipótese de que o parque da Lagoinha do Leste poderia sofrer uma modificação do seu limite englobando a área da planície. Essa hipótese é totalmente factível, verdadeira, não haveria obstáculo algum, você estende os limites do parque da Lagoinha do Leste.

-Quais foram os maiores desafios encontrados pela comunidade?

Aí houve vários desafios. Primeiro foi a compilação desse projeto, que não é pouca coisa. É um trabalho que implica trabalhar com várias pessoas. Nesse caso nos tivemos muita sorte, porque tínhamos um time de alta qualidade, entre geólogos, biólogos, ecologista, uma boa parte administrativa. Isso foi o primeiro desafio. O segundo foi convencer a comunidade da necessidade de criar um parque ali, porque quando as grandes empresas apresentaram o projeto à comunidade, isso dividiu a opinião pública, eram aqueles velhos apelos: criação de empregos, progresso, o fetiche de ter o que é difícil próximo, achando que ele vai conseguir algo melhor para a vida dele com essas histórias. Em contraponto dizíamos sobre os milhares de automóveis a mais, esgotos que não serão tratados, o mau cheiro, muito mais pessoas na praia, além de bater firme na questão da legislação ambiental e defender aquela área da planície que não pode ser construído por ser uma APP.

Esse foi outro desafio, ao longo dos anos conseguimos ganhar a maior parte da comunidade para o nosso lado. Fizemos vários eventos anualmente, grandes

eventos que organizamos em prol da criação do parque e o abaixo assinado com mais de cinco mil assinaturas que nem entregamos ainda.

Isso é outro desafio, aí vem mais um, a imbricação que tem a criação do parque no plano diretor e isso foi um momento oportuno, pois quando discutíamos o plano diretor, conseguimos aprovar no ambiente da audiência pública distrital, a criação desse parque. O que consolidou uma deliberação e também essa vontade da maioria, hoje, em prol do parque. Isso nos ajudou muito nesse movimento, porque, se não houvesse essa deliberação possivelmente isso ficaria numa dubiedade, esses dois polos antagônicos, uns querendo construir, nós defendendo a criação do parque, assim não teria uma solução como ela se apresenta hoje.

-Qual a importância da criação do Parque Natural Municipal do Pântano do Sul para manutenção da qualidade de vida dos moradores, biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais?

É inquestionável o valor dela, você imaginar o que aquela área acolhe em termos de avifauna e vegetação, onde há várias espécies em risco de extinção que vivem ali, outras espécies raras que também habitam aquele local. No entorno já é ocupação urbana, pelo Pântano há várias vilas ao longo da estrada e do outro lado dessa área, na Costa de Cima, Costa de Dentro, Açores. Então ela está sendo muito pressionada, de maneira que precisamos fazer o parque. Antevendo o futuro, olhando mais amplo para a ilha, veja só que o norte já está altamente adensado, já são verdadeiras cidades; se você olhar Canasvieiras, Ingleses, indo mais abaixo você vê a costa leste, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, aí chega ao núcleo do Campeche, já na região sul da cidade, e você observa que os dois distritos no extremo sul são os que ainda estão menos adensados de população e com vegetação

preservada, justamente o conflito que se trava hoje, de um lado nós querendo preservar essa área e do outro a especulação imobiliária dizendo que é a bola da vez, porque ainda na visão especulativa tem oportunidades de crescimento da região sul e nós queremos estancar e impedir que vire outro Ingleses. Então, essa é a questão para a qualidade de vida, sendo a criação inquestionável para a qualidade de vida lá.

-Houve um zoneamento elaborado pela comunidade?
Nesse caso, qual foram os métodos desse processo? E como ele ficou estabelecido?

A ideia que sustenta é a legislação ambiental. Não é só a criação do parque que implica na observância da legislação ambiental porque tem as outras APP's, fora dessa área, então não estamos propondo em áreas menores que são APP's também, a criação de outra UC. O bom é quando há uma área grande com os pré-requisitos para criar ali um novo parque, então ali tem o pré-requisito fundamental, a qualidade e o tamanho da área. A outra questão importante a essa ideia do parque é que ela seja aberta à visitação, obviamente sujeita a um manejo adequado, então você pode levar alunos, pesquisadores, inclusive turistas, como hoje é feito na Lagoinha do Leste, um pouco na lagoa do Peri, porém não há um plano de manejo nesses espaços, mas isso é uma questão que vamos exigir por parte da prefeitura, depois de criada a UC, que ela seja realmente implantada, pois não é muito difícil de fazer, basta vontade política. Se a administração quer fazer algo organizado com recepção, trilhas demarcadas, explicações, condutores para acompanhar os visitantes, isso é fácil fazer, basta querer e não é tão caro assim.

Considerações finais:

A situação hoje é muito favorável à criação do parque, porque a prefeitura assumiu a proposta dizendo que está interessada em fazer a análise técnica para a criação. Isso nos deixa contentes porque ao contrário de uma expectativa que tínhamos na gestão anterior, de que não havia interesse por parte da prefeitura, em razão dos últimos meses essa coisa evoluiu positiva, pois há uma posicionamento favorável da FLORAM para o parque, e no âmbito do Plano Diretor que temos varias deliberações da comunidade, o nosso macrozoneamento que já incorpora aquela área como futura área de conservação. As perspectivas atuais são positivas

ENTREVISTA 2:

-O que motivou a comunidade do pântano do sul a se mobilizar pela criação do parque?

Na primeira discussão do Plano Diretor, no governo Ângela Amim de 2003, teve um projeto da prefeitura de Plano Diretor piloto, anterior a esse plano atual, que esta sendo discutido agora, que esta pra ser implementado. Então agente foi nessa discussão, nesse plano diretor, e vimos que esse plano diretor era um plano piloto (anteprojeto), e ia ser apresentado na comunidade, juntamente com representantes comunitários e empresários, a sociedade em geral. Então notamos que quem estava bancando esse plano piloto, esse suposto plano diretor eram empresários, os mesmo que desejavam lotear a planície alagada, a Cr Almeida e a JAT engenharia,

duas mega empresas da construção civil, esta de Florianópolis e a outra de Curitiba. E ai depois agente até descobriu que eles estavam bancando o plano piloto, esse projeto nada mais era que um esquema deles, mas felizmente esse plano foi abortado e não vingou.

No ano seguinte, 2004, já teve eleição, e as discussões congelaram no ano eleitoral, aí sim, foi criado o ministério das cidades que elegeu o PD que era para ser instituído em 2006, e não foi, e começou a nova discussão do Plano Diretor. A gente já tava escolado e já sabia do esquema, e agente notou que nesse Plano Diretor os caras vieram “com a carga”, de novo, os grandes empresários. Começou inicialmente o Plano Diretor, o coordenador geral - indicado pela prefeitura, o presidente do IPUF – Ildo Rosa, delegado da Policia Federal, ficou até o segundo mandato do governo Dário. Já no primeiro Plano Diretor surgiu a ideia de mobilizar a comunidade, e saiu o projeto da criação UC. No começo do segundo Plano Diretor, 2004, quer dizer, 2005, porque ele (o prefeito) foi eleito em final de 2004, nessa época surgiu a ideia de criação de um parque, primeiramente a ideia era federal, mas não foi encampado, e acabou sendo mais interessante por uma UC, com muita mobilização da comunidade, muita conversa, abaixo assinado com muitas assinaturas, e ai começou toda a discussão.

-Quais foram as medidas tomadas para o processo de criação da unidade de conservação da natureza?

Primeiramente houve uma mobilização comunitária, festa do meio ambiente na Lagoa do Peri, festa na escola, o

que passava na comunidade, abaixo assinado com mais de mil assinaturas. Foi esse abaixo assinado que a gente teve o respaldo da comunidade e foi feito o projeto de um parque e enviado ao MMA, pois a ideia era um parque federal, e depois, as discussões evoluíram e passou para uma UC. Os principais atos de criação foram a mobilização, a união de gente aqui da comunidade que ajudou na criação do projeto, e a articulação do Gert que foi o cabeça principal para essa criação

-Quais foram os maiores desafios encontrados pela comunidade?

Os maiores desafios são os interesses capitalistas comerciais e imobiliários. Imagina, perto de um paraíso desses, inclusive eles articulam seus cabos eleitorais, essas grandes empresas, o pessoal ligado a construção civil, loteamento, eles mobilizam vereadores e todo o poder público.

-Qual a importância da criação do Parque Natural Municipal do Pântano do Sul para manutenção da qualidade de vida dos moradores, biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais?

É de suma importância, vital, até porque essas áreas úmidas ombrófilas, esses grandes pântanos já foram arrasados no Brasil todo, e restam poucos biomas de mata ombrófila de solo esponjoso que retém a água da chuva, isso é importantíssimo. Urbanizando aquela planície úmida vai ser uma tragédia, tudo compacta, asfalto, cimento, plantação de grama, a água vai correr para o rio, que tem uma bacia hidrográfica, onde a água é captada e transportada pelo rio Quinca Antonio até a Armação. Imagina se adensa aquilo ali, acaba com toda a porosidade do solo que retém a água, então a água vai correr livremente toda ao redor do rio da Armação, onde tem casas. Hoje, quando dá muita chuva o rio já sobe, então

imagina se adensa aquela área que é a grande bacia de captação da água vai ser trágico. Imagina a rodovia, passar esses caminhões, veja o norte da ilha, já vê o grande problema com falta de água, totalmente desplanejado, as praias perdendo camadas de areia por causa da ocupação, sem estrutura.

-Houve um zoneamento elaborado pela comunidade? Nesse caso, qual foram os métodos desse processo? E como ele ficou estabelecido?

O zoneamento feito pela comunidade que foi discutido no plano diretor é muito bem feito, porque toda a discussão do Plano levou a conclusão daquela área como área de proteção e uma Unidade de Conservação.

-Considerações finais:

Uma coisa importante foi o processo de posse daquelas terras, porque aquela área, inicialmente, a colonização açoriana, até foi muito bem pensada quando eles ocuparam esse litoral, foi dividido em pequenas propriedades e não latifúndio, e em todas as regiões a gente nota que sempre ficava uma parte de terras públicas para o uso comum de todos. Aquela região do parque era terra comunal, era o mesmo estilo de tubarão, tem uma área pública grande, em que toda a comunidade usava, e os empresários queriam tomar e a justiça não permitiu. O local era público onde as pessoas faziam roçado, soltavam seu gado.

Então, de repente apareceu do nada como um conto de fadas, dois grandes proprietários de tudo. Apareceu a CR Almeida com cerca de 100 hectares, e a JAT engenharia com aproximadamente 100 hectare também e mais o Paludo, latifundiário, que já foi juiz e empresário, e

tem uma parte de 30 a 40 hectares na costa de cima. Vendo isso, descobrimos que na década de 70 existia o Instituto de Reforma Agrária de SC (IRASC) era regime militar, ditadura, então ele “distribuiu terras”, entre aspas, para a plantação de arroz. Claro que ninguém nunca plantou nada lá, nunca teve agricultura nessa área, foi estratégia para drenar o pântano mesmo, ai apareceu, magicamente, todo o pântano nas mãos da CR ALMEIDA e da JAT ENGENHARIA. Aquela tem um grande latifúndio, na região Amazônia, a justiça federal, eles registraram uma densidade de kms, uma área do tamanho da Bélgica e Holanda, um terreno que ela registrou e a justiça federal deu uma “canetada”, pois tinha aldeias indígenas dentro dessa área.

ENTREVISTA 3:

O que motivou a comunidade do pântano do sul a se mobilizar pela criação do parque?

Ainda no governo Ângela Amim (1996-2004) houve, através do Instituto Ambiente Sul com a ACIF, alguns empresários com interesses na região, começaram a discutir a questão do Plano Diretor de forma fragmentada, por região, então começaram a discutir o Distrito do Pântano do Sul. Nós moradores entramos nessa discussão e percebemos que tinha um alinhamento de interesses privados muito forte. Nesse processo, agente exigiu a criação da Comissão Permanente de Moradores (CPM) e ela começou a intervir no plano diretor, a participar do

processo lá dentro do Instituto Ambiente Sul e das oficinas comunitárias. A partir dessas oficinas que a gente criou a comissão e começamos a nos dar conta dos interesses dos grandes proprietários de terra da região e o que eles pretendiam para o local.

Eram grandes empreendimentos que duplicaria o índice populacional num espaço de banhado que tem uma importância ambiental para a região em relação a questão enchentes, o que seria um grande prejuízo para a Armação em relação as águas que viriam para o rio Quincas Antonio, já que o terreno todo seria drenado para as construções. Desta forma, o pessoal começou a fazer um estudo do impacto ambiental, dos impactos que trariam tanto na hora da construção dos empreendimentos quanto depois com a ocupação urbana daquela área, onde o Guert Shinke foi o que mais se dedicou a pesquisar. Então a gente começou a se opor a tudo isso. Diante do ‘embarrigamento’ (no sentido de empurrar com a barriga) que foi feito com essa proposta de discussão do Plano Diretor, quando eles perceberam que a comunidade estava articulada - desde 2003 até a discussão atual no PD, depois no governo do Dario Berger a gente manteve a Comissão Permanente de Moradores se reunindo para discutir como fazer para impedir a ocupação daquele espaço.

Os próprios estudos deles mostravam que tinha uma importância ambiental muito grande, mas que se camuflava fazendo um permeio com a ocupação urbana tipo “ah, vamos deixar um corredor ecológico, faz uma lagoinha aqui e um lago ali pra jogar a água da chuva”. Desses estudos com as alternativas das empresas, a gente sabia que não eram viáveis. Então, discutimos com os moradores a proposta em transformar aquilo numa Área de Preservação, onde, tecnicamente ela já é, mas ainda não estava zoneada como tal. A partir disso, o grupo mais ativo de moradores da CPM, que entrou na discussão do plano

diretor, fez a proposta e encaminhou ao MMA. Bom, a gente achava que o estado não tinha muito interesse, a prefeitura estava completamente ligada ao interesse privado. Como não acreditamos muito nesses caminhos, a gente achou que a instituição federal seria o mais viável. Por isso foi feita uma proposta de parque, uma Unidade de Conservação para impedir a ocupação imobiliária com grandes projetos.

Depois os projetos mudaram um pouco, mas os originais eram grandes condomínios e um Eco resort com campo de golfe, e como dizia a proprietária da Jat Engenharia: “de 18 buracos, porque de 14 já havia no norte da ilha e aqui deveria ter mais”. Ao ouvir isso tu te apavoras e tem que sair correndo atrás de uma alternativa para impedir esse negócio. E ainda, naquela época, a coisa não andava, porque tem muita manipulação política com os moradores locais, grandes interesses, pois a comunidade é pequena, mas tem muitos interesses políticos circulando nos bairros. Além de tudo, a gente enfrentava algumas oposições, então percebemos que o caminho viável era fazer o processo legal para a criação de uma Unidade de Conservação.

-Quais foram as medidas tomadas para o processo de criação da unidade de conservação da natureza?

Foi feito um levantamento que existia da área porque já tinha alguns estudos da Rosemy sobre a questão da água na área do pântano, também teve alguns estudos do próprio IAS que, querendo ou não, comprovavam isso.

Pesquisamos outros estudos do local que já existiam, e o pessoal do núcleo também fez todo um levantamento, inclusive sobre a questão fundiária. Se questionava muito como aquelas terras, que eram terras comunais, pertencentes ao IRASC, o qual efetivou um projeto de plantio de arroz com algumas drenagens que prejudicaram

o local, pois havia um córrego e eles simplesmente fizeram canais, modificaram e secaram as lagoas. Naquele local continha a lagoa das capivaras que eles acabaram secando com essas alterações. Então a gente questionou e pesquisou como que terrenos comunais, da noite para o dia, passaram para as mãos de proprietários, e destes para as mãos de grandes empreendimentos? Com essa pesquisa, descobrimos que havia um vácuo entre o IRASC e os grandes empreendimentos, faltavam dados para explicar o que realmente aconteceu e tinha uma coisa escamoteada no meio. Tanto que hoje tem um processo público mostrando que não é só aqui nessa área, mas em vários locais da ilha, questionando como procedeu a titulação dessas terras do IRASC para proprietários privados e grandes empreendedores.

Tudo isso foi fundamentando a necessidade de que aquelas terras fossem pertencentes à comunidade e preservadas, pois se comprovou a importância ambiental da área para o nosso ecossistema; a importância de ligação que ela tem entre os parques da Lagoinha do Leste e Lagoa do Peri, porque também há uma parte da serra do tabuleiro no final, que pega um pedaço de naufragados.

Nós, aqui da região, encaminhamos todos esses estudos e o pedido de proposta ao MMA, este encaminhou para avaliação técnica e o antigo IBAMA (atual ICMBIO) veio fazer um estudo. Na época o IBAMA propôs emendar, ou seja, fazer um mosaico de parques com uma parte do Sertão do Peri e outra de Naufragados, mas esta proposta não viabilizou e mantivemos a original. Eles vieram para fazer uma avaliação técnica e elaboraram um documento muito importante; esse laudo do IBAMA serviu, inclusive para que na segunda etapa, nos processos posteriores a gente fizesse uma fundamentação para impedir a aprovação das licenças ambientais para viabilizar os empreendimentos.

O IBAMA fez um parecer muito bom, dizendo que aquela área não poderia ser ocupada, porque é uma área de reserva de mata ombrófila, em que pouquíssimas áreas possuem esse tipo de vegetação com o lençol freático. Então eles mostraram várias questões técnicas que comprovam que a gente tinha razão, porém negaram uma Unidade de Conservação Federal porque eles consideraram que era uma área pequena para a demanda ser atendida como um parque federal. Recomendaram encaminhar a proposta para ser atendida ao estado ou município. Durante todo esse processo houve uma paralisação daquela proposta de plano diretor somente do distrito. Chegou a mudança do governo Dario, e ele abriu a discussão do plano diretor, que durante um tempo foi um processo participativo, onde abrigaram as oficinas comunitárias e as audiências.

Nesse período tivemos um embate muito grande com os cabos eleitorais e com as forças financiadas por esses três grandes empreendedores. No decorrer pensamos que a alternativa era pegar essa proposta e apresentar dentro do plano diretor e incluir no zoneamento essa área como Unidade de Conservação. Mas aí o embate foi grande, foi difícil, pois tivemos uma luta de vários anos. Sobre o plano diretor, chegamos a aprovação em audiência pública das diretrizes distritais que caminhou para o zoneamento na proposta dos nossos mapas, colocando essa área como UC. Na hora da compilação a prefeitura apenas colocou o que era consenso e tirou os conflitos, portanto não botou essa área no mapeamento, ela só elencou as diretrizes, mas nem chegou a fazer um mapeamento e tal. Então entrou nesse conflito, em que a prefeitura embarrigou o plano diretor, sendo que a gente tava discutindo desde 2005. Hoje, esse prefeito, César Souza Jr, entrou prometendo tudo, mas não to vendo nenhum movimento do Plano Diretor andar, e esse processo continua embarrigado.

Durante todo o processo de discussão, observamos que o caminho teria que ser por ali, porque não iríamos desistir dessa meta, mas precisávamos formalizar tudo. Ai foi quando a gente mandou a proposta ao MMA. Depois de esperar bastante, porque leva um tempo danado para ter um retorno, e quando aconteceu, no ano passado, disseram que não seria federal, então foi criado o Núcleo Distrital bem na época do início do PD. Como nós somos persistentes, mesmo com o Plano Diretor parado, a gente continuou se reunindo pelo Núcleo Distrital. Nessas discussões vimos alternativas para a área; durante um tempo as discussões ficaram meio paradas porque não tínhamos as respostas, mas quando elas vieram a gente aprovou no Núcleo Distrital do Plano Diretor do Pântano do Sul de fazer uma proposta não para o estado, pois a FATMA iria alegar que não teria a competência daquela área pois não era dela, mas encaminhar para a FLORAM. Era período final de governo, mas mandamos mesmo assim, e para nossa surpresa a câmara técnica da FLORAM aprovou a proposta de Unidade de Conservação. Porém não encaminhou porque alegou que enquanto a discussão do plano diretor não vai encaminhar a alteração, mas ela se baseou no parecer do IBAMA, e porque o seguinte: paralelo a isso, a gente tem tido uma intervenção junto o Ministério Público e este encaminhou documentos a FATMA por causa da discussão da licença ambiental dos empreendimentos que levasse em conta àqueles estudos que fossem considerados o estudo técnico de que não podem ser ocupados. E ai baseado nesse documento e na recomendação do MP e do IBAMA a FLORAM aprovou a UC. E pra nossa surpresa esse ano a gente teve essa notícia maravilhosa.

Esse foi todo o processo. A gente aliviou um pouco o peso das pessoas do ND. E foi tomada a decisão, a primeira proposta tem instituições e pessoas, a proposta da FLORAM foi por instituições porque a gente achou mais

seguro ser encaminhada pela FEEC, INMAR, das pessoas individuais. A primeira eu assinei, mas a segunda não, como não faço parte das instituições, mas estão validadas pelo ND que a gente pertence e faz parte da coordenação. Então não tem mais a pessoa individual, são as instituições que estão propondo, até porque precisa de um peso para propor ao município.

A nossa grande vitória até aqui foi ter conseguido esse estudo do IBAMA e o apoio junto ao MP, além dessa vitória técnica, praticamente, na prefeitura. No começo pegou a mobilização popular com um abaixo assinado com milhares de assinaturas, tiveram manifestações, evento na semana do meio ambiente, abraço ao parque, pedalada na área, a gente faz uma alguma mobilização em torno da proposta, a gente não deixa morrer, então eles perceberam que tem um movimento popular grande em defesa disso. Nesse momento, na FLORAM, foi um encaminhamento técnico, uma proposta que foi avaliada tecnicamente e com o embasamento que a gente tinha de documentação da discussão da propriedade. Tudo isso veio a fomentar tipo “ali acho melhor não aprovar nada, porque todo mundo que colocar assinatura vai ter problema”. Acho que as pessoas que participam da câmara técnica têm uma avaliação bem técnica e não política, ou seja, tecnicamente não tem como fugir, pois aquela área não pode ser ocupada.

Nesse decorrer do tempo, os pedidos de licença ambiental entraram na FATMA e a gente ficou em cima, acompanhando. Também houve uma audiência pública da CR Almeida, onde fizemos uma grande mobilização popular. O MP do estado estava presente e a gente comprovou que a comunidade não quer empreendimentos, a comunidade quer uma UC. Entregamos ali os documentos, falamos bastante, mostramos que tinha sido aprovado nas audiências do PD. Isso ficou rolando na

FATMA por um tempo até que eles alteraram o projeto, mas mesmo assim, agora também baseados nas documentações do MP, IBAMA, o EIA RIMA deles não foi aprovado. Então foi mais uma vitória nossa, quando a FATMA negou a criação do grande empreendimento que ocupava a maior parte da área. Agora a gente não vai relaxar, mas já dá para respirar e ter uma perspectiva de vitória. Ainda não é a vitória final, mas vai ser quando tiver um decreto, a área for desapropriada, quando for criado o parque efetivamente, com o plano de manejo, quando tiver tudo aí a gente pode ou se aposentar ou morrer descansada. Acho que nunca a gente descansa porque sempre vai ter outras áreas (risos).

-Quais foram os maiores desafios encontrados pela comunidade?

Um dos maiores desafios foi manter a comunidade mobilizada em torno da proposta para não desanimar. O grande desafio foi isso durante vários anos, manter a proposta em ativa, manter as pessoas mobilizadas para o enfrentamento a qualquer hora que fosse necessário; o outro desafio era ficar atento as manobras dos proprietários, interesses políticos, dos interesses imobiliários que são muito fortes, muito ligados aos políticos, pois interesses imobiliários, econômicos e políticos nessa cidade é, praticamente uma coisa só. Então a gente precisou ficar atenta a qualquer manobra que pudesse acontecer para reagir. Foi um desgaste durante muito tempo de estar sempre alerta, tentando descobrir o que eles estavam pensando. Agora o desafio é manter a população unida e fazer com que a proposta seja garantida no plano diretor. Temos o aval da câmara técnica da FLORAM, mas ainda não é uma garantia definitiva.

Precisamos transformar isso agora, primeiro garantir o decreto da UC, e garantir isso no zoneamento do plano diretor. Para isso a gente precisa desengavetar o plano diretor onde ele está. O grande movimento é fazer com que o plano diretor das comunidades seja aprovado e não aquele que a prefeitura está propondo.

-Qual a importância da criação do Parque Natural Municipal do Pântano do Sul para manutenção da qualidade de vida dos moradores, biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais?

Aquela área, historicamente, já tem uma importância muito grande, é o nome a praia, pois o pântano do sul é devido àquela área. A minha mãe, 88 anos, contou a vida toda que antigamente não havia asfalto, apenas caminhos; quando elas saíam dançar no pântano do sul aquilo era um banhado tão grande que usavam um sapato para chegar até o baile e levavam outro de festa na sacola para atravessar a planície. Pra tu ver, esse banhado não é uma coisa que surgiu a pouco tempo, ele faz parte daquele ecossistema, e foi essa formação que deu origem ao nome da comunidade.

Então, claro que com a urbanização, drenagem, ocupações no entorno daquela área, diminuiu a área alagadiça, mas a minha mãe fala que a famosa lagoa das capivaras foi drenada na época no IRASC. Parece que não tem nada ali, mas se tu entrar vai caminhar com água acima do joelho.

A biodiversidade do local é muito grande, tanto de fauna como de flora, pois são vários animais e alguns correm o risco de extinção. Se aquela área for ocupada eles vão desaparecer. A vegetação é ombrófila úmida, e a mata atlântica ao redor tem a proximidade com dunas de restinga e dunas do Pântano, as quais estão praticamente ocupadas, mas ainda há uma parte preservada.

A região é de interesse à comunidade porque se não for ocupada vai evitar o efeito negativo na qualidade de vida dos moradores. Primeiramente o trânsito seria uma loucura com uma única via de saída e entrada na comunidade. Para a Armação seria um terror, pois necessita de uma ampliação da SC 406, inclusive tirar a maioria dos moradores nativos e antigos da região que moram na beira da estrada, onde era o fluxo da comunidade.

A outra questão é o trânsito de caminhões com o transporte de material para construir esses empreendimentos, o que causaria um impacto muito grande. Sobre a questão do consumo de água, nós não temos água suficiente para abastecer mais o que a gente tem de população, e nossa população continua crescendo.

E o esgotamento sanitário que a gente nem tem? Mesmo que eles fizessem um, aquela área precisa de um tratamento muito caro ou eles teriam que jogar o efluente tratado em um dos nossos rios, o que seria bastante complicado porque a demanda de água para esses rios que estão ocupados e assoreados, e botar mais água a quantidade de água que seria debandada a praia da Armação, pois o Rio Quincas e Sangradouro não dariam conta de receber essa água. Também tem o consumo de energia, o custo que isso ia levar em infra-estrutura para criar uma subestação para essa região porque a estrutura atual não daria conta e temos queda de energia no verão. E a questão ambiental de preservação, das enchentes, porque a hora que ocupar aquela área, para onde toda aquela água iria vir? A tendência é de tudo o que foi drenado no pântano cair no Quincas Antonio, um rio que vem naturalmente pra Armação e a gente já tem problemas e enchente naquela região que a gente chama de Duarte, depois da costa de cima, pois essa planície vem até a Costa

de Cima, então toda essa água viria tudo pra Armação e causaria enchentes na região também.

O impacto negativo é tão grande e o fato de preservar a mata, a área por um impacto ambiental e de qualidade de vida, porque uma área natural ocasiona a qualidade das nossas águas, do ar, paisagem, e com isso a gente não teria um aumento demográfico da nossa população. Com as condições que a gente vive hoje pelo menos podemos melhorar com sistemas alternativos de esgoto, estruturas que temos que brigar por isso também. Mas se aumentar iria piorar, então, com isso podemos preservar um pouco mais e melhorar para a população local que a gente já tem, e já é bastante.

A questão de fazer o mosaico com dois parques lagoinha e lagoa, e mais áreas de preservação e restingas e dunas é fortemente importante para o ambiente natural e fortalecer uma coisa que a gente não fez as pessoas entenderem que seria o ecoturismo porque esse turismo degradante para o sul da ilha a gente não quer.

Ali teria uma alternativa de turismo sustentável, um parque que não vai ter ocupação humana, pois preferiu deixar as pessoas que já moram ali fora do parque, para não ter problemas, mas um parque que teria uma área não apenas de contemplação, mas de pesquisa, estudo, visitação, que pudesse gerar trabalho e renda para o morador local. Tem áreas que não são dentro do banhado que a gente colocou como áreas de serviço à comunidade, porque não há estacionamento, não tem área institucional, então a proposta seria agregar os interesses comunitários com a preservação ambiental. Isso é um ganho incomensurável que não tem aqui na ilha, seria uma das primeiras áreas com esses benefícios.

Também estamos lutando pela área do entorno escolar. A gente tem a Lagoa do Peri, Lagoinha do Leste,

mas a prefeitura não assume efetivamente sendo que a primeira tem conflitos históricos porque tinha moradores ali e depois da criação do parque ainda houve ocupações ilegais. Então acho que aquela área não teria esses conflitos e seria muito bom.

-Houve um zoneamento elaborado pela comunidade?
Nesse caso, qual foram os métodos desse processo? E como ele ficou estabelecido?

A proposta de zoneamento esta dentro da discussão do PD, os mapas vieram do IPUF, houve uma discussão em cima deles, a gente trabalhou com macro zoneamento, chegamos a avançar, em alguns momentos, em microzoneamento como localização de espaços públicos, ampliação de rua, mas ali na área do parque a gente mapeou ela como APP que agora no PD deram novas classificações, a ZNN, avançamos no zoneamento do entorno escolar, a gente escolheu os locais para colocar o museu, a escola de meio ambiente, o ginásio de esporte, a gente chegou nesse nível.

Como vai ser um parque natural, discutimos muito qual o tipo de parque que a gente queria na área, que tipo de UC. Houve uma classificação pela FLORAM, e essa classificação que a gente propôs no zoneamento do plano diretor (ZNN). Mas ali , quando a prefeitura fez a proposta, ela a definiu como áreas consorciadas, um engodo, tipo, tu ocupa e deixa ali umas áreas verdes. É uma área que pode ter áreas preservação com ocupação, ou seja, interesses ambientais com privados.

A gente propôs na alteração que elaboramos quando a gente estudou a proposta da prefeitura final do plano, a gente propôs tudo o que não concordava e o que não foi aprovado na comunidade. Fizemos uma avaliação de todo o pré-projeto do plano e pedimos pra tirar, e voltar ser área natural. Foi feita de maneira participativa, no PD quando

agente começou na CPM, tinha um grupo forte, depois ficou só a representação dos eleitos pra comissão. Eram noites e noites no IAS, discutindo, propondo e no final de semana nos articulando. Nossas contas telefônicas eram quilométricas, a prefeitura não financiava nada, agente trabalhava pra comunidade de graça, por conta, pelos nossos posicionamentos, nossas ideias, porque a gente tava representando a comunidade.

Depois, quando teve o ND, durante um tempo eles montaram uma estrutura, uma base ali na escola EBM Dilma, com telefone computador, uma mesa, os mapas, onde pudemos articular e a maioria das pessoas podiam visitar, fazer propostas e tal. A gente fez reuniões comunitárias com muita gente, cerca de 200 pessoas, as audiências públicas lotavam de ficar gente para fora do auditório. Às vezes não cabia tanta gente e fazíamos a reunião na área aberta da escola, mas com esse embarrigamento as pessoas foram se desestimulando, então ficou um grupo menor, mas mantivemos as reuniões e, quando surge algum embate, os moradores que são fieis a propostas participam, é só chamar, mobilizar que eles vêm.

Hoje, participam das nossas reuniões mais os representantes do ND e as pessoas que se interessam, pois há uma rotatividade das pessoas “ah, fiquei sabendo da reunião e vou ver como que está a situação”, “ah, quando tiver uma votação eu participo” ou porque chegou gente nova, porque muitos moradores foram embora da comunidade e outros chegaram, então está sempre se renovando o grupo, mas tem sido com participação popular, tanto que nosso abaixo-assinado tem bastante gente. E nos expandimos, pois como é uma área para a cidade, ganhamos adeptos da cidade inteira.

Quando começou o plano diretor e a proposta começou a sair do distrito e ir para a cidade toda, ela foi

levada a outros distritos e validada, na maioria das outras localidades. Não é uma proposta apenas do Pântano do Sul e da Armação, mas da cidade. Eu fico muito feliz de ter participado desse histórico todo. Atualmente, por problema de saúde estou um pouco mais afastada, porém me mantenho informada e participo de algumas reuniões, mas fico feliz com as vitórias que a gente ta conseguindo, com o respaldo disso perante as pessoas que ficam sabendo do projeto, como elas se interessam e o valorizam.

-Considerações Finais

Eu tenho muito orgulho porque a comunidade, historicamente, ela foi muito usada por cabos eleitorais, vereadores, e ainda é. Isso levou o morador antigo – não gosto dessa coisa, é nativo não é- porque pra mim, nativo é aquele que vem e fica aqui. Mas assim, os chamados manézinhos, digo isso com muito orgulho, não o sentido pejorativo que eles usam o manézinho para provocar o visitante ou aqueles que vieram de outro lugar. Mas o morador local, ou mesmo aqueles de outras localidades que vieram morar aqui, são menos informados, ou às vezes nem é falta de informação cultural ou educativa, não, porque tem gente com nível superior, grau de conhecimento e famosa na comunidade que é contra o parque, pois tem outros interesses políticos. Então a comunidade foi muito usada e ela ta ficando amortecida desse uso político e as pessoas entraram nessa também, pelos seus interesses particulares, cada um com seu umbigo. Então é uma comunidade muito difícil de mobilizar e de participar, além de ser muito dividida com esses interesses, porque cada um tem seu vereador, seu cabinho eleitoral, porque isso é muito forte na Ilha inteira, mas aqui no sul, diminuiu muito, mas ainda tem os currais eleitorais. Isso é um grande desafio. Então, quando eu digo que sou manézinha e nesse sentido, orgulho que eu e muito moradores locais, que nasceram aqui, que queremos essa

preservação, porque às vezes as pessoas acham que nós não queremos, tipo “o manézinho não se mexe, o manézinho não faz nada”. Então há dois vieses, quem chega de fora achando que nós somos uns retardados que não querem saber da sua comunidade e deixam os poderosos nos explorar e, depois, alguém de fora que tem que salvar. Em compensação tem aqueles que provocam pra que não gostem de quem vem de fora, e aí tem aquele preconceito com quem vem de fora “ah o de fora ta querendo tirar o manézinho da luta”. Eu fico bem feliz com o pessoal que a gente tem ali: gaúcho, paulista, menézinho, mineiro, é gente de tudo quanto é lugar, lutando para preservar esse espaço aqui, porque, pelo amor de Deus, esse espaço aqui é do Planeta e não é de ninguém. Eu trabalho com Educação Ambiental e eu fico orgulhosa de ser daqui e tá lutando, fazer parte com pessoas de todo lugar do país e do mundo, porque há gente de vários países fazendo a mesma luta, e de estar conquistando os objetivos, que é o mais difícil. E quando uma senhorinha dessas, do apostolado da oração, daqui da comunidade, que conhecem muita gente, quando eu conseguia fazer essa tradução pra eles e dizer “olha, a gente tá conquistando isso, e ouvir delas “ai menina, vai à reunião, briga por nós, não deixa, não, transformar tudo aquilo ali em prédios” . Quando tu ouve uma pessoa de oitenta anos, que não tem um domínio político, e que foi, durante muito tempo usada politicamente por essa turma que continua aí, dizer isso, a gente sente um orgulho muito grande. Poxa, não conseguir botar cem pessoas na rua e fazer um protesto em defesa do parque, tudo bem, mas lá no seu particular, na sua casinha, tu conquistou, ela ta defendendo também, e se, um dia precisar ela até vai. Elas não participam porque não sabem fazer isso, elas sabem fazer renda. Ela pode não ir, mas nos apoia, lá no interior dela, porque ficam com medo de se mostrar, pois muita gente da comunidade tem aquele medo, “ ai, mas é porque o vereador tal é meu amigo, eu conheço tal fulano,

é da família tal”, mas , se ali no seu particular ta nos apoiando, isso para mim também conta.

Às vezes eu fico preocupada com a nossa juventude, eu acho ela meio desligada e meio alienada, ficam só no protesto do sofá, hoje em dia. Ficam apenas no “curtir” do facebook, até conta, porque a facilidade de divulgar ficou maior, pois a gente não precisa ir de casa em casa entregar folheto como se fazia antigamente. Tu botas na rede e se dissipa. Mas em compensação, também, não se vê essa mobilização concreta. Nós que somos antigos, da época das faixas e passeatas, a gente ainda não se adaptou a esse novo modelo de fazer protesto sem sair de casa, ainda duvido se isso vai dá algum resultado ou não. Talvez de um resultado de forma diferente, mas eu acho que ta valendo.

Agora em relação ao parque, a gente ta mais feliz do que preocupado, porém, também há a preocupação latente de que a conquista total ainda não chegou. Nesse momento que vem o mais difícil, que é garantir o Plano Diretor Participativo e a concretização da UC.

ENTREVISTA 4:

-O que motivou a comunidade do pântano do sul a se mobilizar pela criação do parque?

Tudo começa em 96 quando na Planície do Pântano do Sul tentaram implantar um condomínio, prédios que pertenciam há uma suposta associação de funcionários da UFSC, que depois, ficamos sabendo que não existia essa tal associação, era um nome mais fachada do qualquer outra coisa. Vendo o avanço dos empreendimentos imobiliários na região, a gente sempre pensou em preservar algumas áreas. Em 2003 a gente teve um balão

de ensaio que foi feito um PD no distrito do Pântano do Sul que era pra mostrar como seria o PD para toda Ilha. Isso saiu em jornal dizendo que o balão de ensaio era uma proposta de primeiro PD que estava saindo aqui, feito de acordo com o estatuto das cidades, que é de 2000, se não me engano... Então foi contratada uma OSCIP chamado Instituto Ambiente Sul e depois a gente ficou sabendo que a maioria dos participantes vinham de um núcleo ambiental da ACIF, então era uma coisa encomendada pelos empresários que possuíam terras na região da bacia do Pântano do Sul, que são três grandes empresários que detém 80% da área toda. Após participar desse PD, que a gente não permitiu que ele fosse adiante, e levado à câmara de vereadores a gente acabou juntando um grupo de pessoas. Voltando um pouco a história, durante esse trabalho feito o IAS a gente resolveu criar uma Comissão de moradores a CPM , onde o nosso papel era fiscalizar os trabalhos do IAS e eles aceitaram, na verdade “caíram na nossa armadilha”. Dependendo do tamanho do bairro ele tinha um representante de uma associação , no caso do Pântano do Sul e da Armação tinha dois representantes cada um. E essa comissão era meio eclética, pois havia os favoráveis e outros não aos empreendimentos, mas a maioria desfavorável aos empreendimentos. Ai percebemos que não teria outra alternativa e preparamos uma proposta de criação de um parque que foi enviado ao MMA, com trabalhos que tinham sido elaborado pela Rosemy; outros trabalhos que a gente usou do próprio IAS, eles ficaram irados, mas a gente aproveitou porque eram estudos de domínio público, já que estava dentro de um PD, sendo que este não entrou em funcionamento e ficou parado ali. Esse pessoal foi pago pelos empresários, mediante esse instituto. Depois a gente começa, em 2006, o PD novamente, mas antes disso a gente já havia enviado a proposta e um dos 16 proponentes do grupo, foi a Brasília, no MMA fazer toda história. O que levou a gente, realmente, foi a questão do avanço imobiliário e a

nossa proposta de criar aqui um distrito verde, voltado para a questão ambiental.

Dessa proposta feita pelo IAS, tinha uma via panorâmica, cortava o morro em dois, saindo aqui Armação, próximo ao mercado Hiperbom, passando a ponte, saía uma via panorâmica cortando o morro e dividindo em quatro pistas que desembocaria dentro dos loteamentos da planície. Passando a EBM Dilma Lúcia dos Santos, um morro direito da pista até o morro do Matadeiro teriam teleféricos, então eram coisas bizarras que a gente conseguiu frear. Pra ter uma ideia sobre as audiências, a primeira foi em 2003 e em abril de 2004 eles já queriam levar para a câmara. Em 2003 eles fizeram uma audiência pública na ABECELESC, na Armação, com todos os caras da ACIF, os empresários, era uma coisa muito louca. Depois teve mais audiências, mas não chegou a fazer nenhuma final, porque a gente jogou areia na história deles.

-Quais foram as medidas tomadas para o processo de criação da unidade de conservação da natureza?

A primeira coisa a se pensar foi o local de forma que não deixasse nenhum morador dentro da área. Então a gente centrou fogo nos 80% da área que eram dos três grandes empresários que queriam fazer condomínios. Primeiro no ano de 1996, um dos empresários da JAT engenharia queria fazer prédios com 12 andares. Depois havia uma proposta um pouco menor, que tinha os árabes na época do IAS que desistiram daqui porque era problema e acabaram indo para Santo Amaro. Mas os Árabes queriam fazer um canal e onde era a antiga Lagoa das Capivaras seria uma lagoa para entrar com os iates e ao redor teriam moradias de alto padrão. Então, depois teve outras propostas vinda deles assim, que pela JAT engenharia era um campo de golfe com condomínio, onde existe a floresta ombrófila úmida, e do lado de cá, onde

tem a CR Almeida que a Fio Masterbrás, um braço da CR Almeida, ali todos os anos acontecem incêndios, pois o pessoal coloca fogo para não crescer a vegetação e ficar só em pasto. Então é um incêndio criminoso que é feito por alguém a mando desse pessoal. Então a primeira medida foi essa, depois a gente preparou todo um material, uma proposta na época a gente pensou em Reserva de Fauna, dentro das categorias do SNUC e mandamos ao MMA. Foram 16 pessoas na proposta, pegamos esse trabalho todo e enviamos para lá e foi um dos membros que levou os documentos até lá para desencadear o processo.

Depois tivemos 3 ou 4 visitas do pessoal do ministério; eles vieram e ainda nos deram ideias para ampliar ela, por exemplo pegar a área de duna que é uma APP e colocar dentro da Unidade de Conservação e espichar ela pelos morros e pegar todas as APP até Naufragados. Essas foram as medidas iniciais que a gente tomou que foram mudando no decorrer de todo esse processo. No caso onde tem a comunidade deveria ser zona de exclusão do parque, onde no entorno ficaria livre e as pessoas teriam o espaço para ficar com suas propriedades ao redor.

-Quais foram os maiores desafios encontrados pela comunidade?

Em 2006 a gente coloca dentro do macrozoneamento essa proposta para ficar claro no plano diretor que aquilo ali deve ser no futuro uma Unidade de Conservação, e que funcionaria como corredores ecológicos, um mosaico de UC entre A Serra do Tabuleiro, Lagoa do Peri, Lagoinha do Leste. Com esse mosaico de UC os corredores ecológicos poderiam funcionar de uma maneira abrangente

O primeiro desafio foi convencer a comunidade; não é todo mundo da comunidade que é favorável até hoje, pois tem um grupo que é do “cimento” como se diz, que interessa para eles, então pensam de uma outra forma “ se tiver esses condomínios e loteamentos, o meu negócio vai prosperar. Eu vou ganhar mais porque vai ter um público maior” o que é um ledo engano, na verdade, esse público vai ter um restaurante, sei lá, filial de tal pessoa, pronto, termina por aí, porque o cara vai ficar só com a sobra, assim como os moradores que vão ser excluídos por uma questão de dinheiro. Tu não vai ter condições num lugar de alto luxo, assim como a maioria das pessoas não tem condições de morar em Jurerê. Então vão ser excluídos do processo. Mais cedo ou mais tarde, tu vendes o terreninho e vais embora. Então esse foi o grande desafio; os moradores, hoje, tem uma grande maioria que é favorável. Por exemplo, se tu pegar na beira da estrada aqui, quase todos são a favor, porque se abrir os condomínios, vai ter que duplicar a pista e vai ter que tirar todo mundo da beira da estrada.

Os desafios são contínuos, enquanto você está trabalhando com uma coisa, eles estão trabalhando de outra forma por trás e manipulando as coisas. Por exemplo, a gente estava com a proposta no MMA, e tínhamos uma pessoa lá dentro que colocava a proposta sempre na frente. O grande Desafio foi que ela era pequena para o MMA, acostumado a administrar grandes UC. Por isso eles deram o toque de ampliá-la e mesmo assim ainda seria pequena. Bom, é pequena para o tamanho do Brasil, mas para o tamanho da Ilha, é perfeita. Então isso foi mais um desafio e , de repente o seguinte, nós tivemos uma força contrária de uma senadora que representa o SINDUSCON nacional, ou seja, ela o intermédia entre o empresários e o governo, que na época ela colocou o nosso projeto na gaveta. Até aí tudo bem, mas depois quando o MMA enviou a proposta ao ICMBIO, caiu na mão de umas

figuras daqui que fizeram um laudo alegando que não era necessária outra reserva aqui. Automaticamente ela saiu do macrozoneamento do PD e ela entra já com a proposta do Centro de Estudos e Projetos do Ambiente (CEPA) como uma área urbana consorciada. A gente aumenta a ofensiva e vamos ao MP, então começamos a trabalhar a questão das terras comunais e a gente consegue que o IBAMA, junto ao ICMBIO, reverta essa situação e crie um laudo favorável. Nesse meio tempo a gente teve uma audiência aqui com CR Almeida, o loteamento se chama águas de Franca, e teve uma pessoa que se manifestou favorável, todas as 40 pessoas inscritas para falar na audiência, 39 se manifestaram contra. Foi um dia de chuva torrencial, mas tinha 160 pessoas no salão paroquial do Pântano e havia pessoas que foram pagas para participar. Inclusive o Gert foi ameaçado, foram para a FATMA, e não foi aprovado o EIA-RIMA, eles voltaram o ano passado e de novo, as propostas foram rejeitadas, graças ao material do IBAMA que chegou até a câmara técnica da FLORAM que acabou enviando a FATMA e ela teve que rejeitar. Então, por enquanto foram esses desafios. Mas a gente sempre teve uma pressão dessas pessoas ligadas ao IAS, os próprios moradores e empresários da região, do Pântano do Sul, principalmente, que são favoráveis a proposta dos empreendimentos. Então é uma grande briga, a comunidade se divide, mas, acredito que hoje, somos a maioria.

-Qual a importância da criação do Parque Natural Municipal do Pântano do Sul para manutenção da qualidade de vida dos moradores, biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais?

A importância da UC é fundamental, ela muda tudo, cria o que a gente chama de distrito verde, onde o turismo será diferenciado do que existe em outros lugares da ilha, pois será voltado à questão ambiental. Lá há grandes

hotéis, resorts, aqui a gente propõe que sejam as pousadas de médio porte, geralmente ligados as famílias da região que também transformam as próprias casas em pousadas, então o turismo fica voltado à comunidade local.

Se estiver preservando uma área verde como a quem tem aqui. No momento que tu cria áreas como Unidades de Conservação como se está propondo, a gente não deixa ampliar a questão do cimento, a gente freia a especulação, porque não tem mais espaço. Inevitavelmente os terrenos vão criar valor porque o lugar é melhor de se viver devido a qualidade ambiental. Por um lado, não tem porque você ter grandes rodovias, grandes estruturas, mas sim o tráfego de carros mais tranquilo para deixar a comunidade sossegada, porque isso dá a manutenção da qualidade de vida dos moradores, biodiversidade ao aumentar os corredores ecológicos porque haverá uma ligação entre eles. Veja só, as aves são os únicos animais que consegue ir da Lagoinha do Leste até a lagoa do Peri, porque os outros não conseguem fazer esse trajeto. Pois só atravessam em raros lugares. Seriam corredores ecológicos perfeitos para manter essa biodiversidade.

O que é que tu vai buscar no sul da ilha? Vai atrás de natureza, então teria passeios como trilhas, turismo ambiental, é o que muda todo o enfoque da história para o sul da ilha, onde tem toda uma biodiversidade, a floresta esta preservada e a população estará voltada para isso e, de repente, vai ter capacitações onde estarão envolvidos com esse tipo de coisa.

**-Houve um zoneamento elaborado pela comunidade?
Nesse caso, qual foram os métodos desse processo? E
como ele ficou estabelecido?**

A questão da UC foi escolher uma área onde não havia moradores dentro, porque o grande problema atual, principalmente dos parques, são os que tem moradores dentro. Isso complica porque o primeiro adversário a proposta será o próprio morador, se tu não pensar nele como parte da história não tem como fazer. No caso, a gente estabeleceu que essa UC tivesse um entorno, uma orla, onde os moradores do entorno não entraria, mas sim a área interna, aproximadamente 300 hectares, seria toda ela voltada pra UC, então foi o respeito a esses moradores do entorno que a gente deixou toda essa área para a comunidade. Na verdade a gente só pega a área onde estão os três grandes empresários.

Considerações finais:

Acho que hoje é importantíssimo o passo que a gente dá, não é porque estamos fazendo isso, mas creio que todos deveriam lutar por esse tipo de coisa, criar mais UC, lutar por mais terras quilombolas, reservas indígenas. O que a gente estaria fazendo? Preservando terras, porque na verdade é o seguinte, a especulação imobiliária aliada ao agronegócio vai avançando e não tem limites. Eu considero que é o único meio, atualmente, de se frear, isso um pouquinho, porque não conseguimos parar essas bancadas ruralistas e evangélicas que são muito fortes; se juntar os dois, aprovam tudo. Então hoje, não estamos só na bacia do Pântano do Sul com a criação dessa UC, também estamos propondo a criação de um parque urbano do entorno escolar, e a gente apoia todas as outras ações que estão acontecendo na Ilha e no Mundo, o que é a coisa, e agir local e pensar global, um chavão mas que

funciona, não como o jargão da sustentabilidade, uma falácia que os empresários usam “não, nós pegamos água da chuva. Nós usamos a energia solar” tudo uma piada, mas “nós cortamos a mata para construir o prédio”, então não resolve nada!